

**UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA**

**PERCINEI SILVA SOARES**

**A REDUÇÃO DO IPI E SEUS IMPACTOS NO VAREJO DE ELETRODOMÉSTICOS  
E VEÍCULOS NO BRASIL, NOS ANOS DE 2000 A 2015**

**FRANCA**

**2017**

**PERCINEI SILVA SOARES**

**A REDUÇÃO DO IPI E SEUS IMPACTOS NO VAREJO DE ELETRODOMÉSTICOS  
E VEÍCULOS NO BRASIL, NOS ANOS DE 2000 A 2015**

Monografia apresentada ao *Centro  
Universitário de Franca* - Uni-FACEF para  
obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Ms. Márcio Benevides  
Lessa

**FRANCA**

**2017**

**PERCINEI SILVA SOARES**

**A REDUÇÃO DO IPI E SEUS IMPACTOS NO VAREJO DE ELETRODOMÉSTICOS  
E VEÍCULOS NO BRASIL, NOS ANOS DE 2000 A 2015**

Monografia apresentada ao *Centro  
Universitário de Franca* - Uni-FACEF para  
obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas

Franca, 14 de novembro de 2017

Orientador: \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Ms Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof.

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof.

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos, professores e familiares pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- A Deus;
- Aos meus amigos, parentes e familiares; ao meu orientador, Prof. Ms Márcio Benevides Lessa por acreditar e apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto.
- Ao corpo docente, direção e administração, deste Centro Universitário, seu que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, do que antes enxergava.

*“A dificuldade real não reside nas novas ideias,  
mas em conseguir escapar das antigas.”*

KEYNES, John M.

## RESUMO

Este trabalho visa identificar quais foram os impactos que a política fiscal da redução do IPI entre os anos de 2000 à 2015 e o que causaram no varejo brasileiro, focando nas indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos, buscando os dados do Tesouro Nacional, Banco Central, analisando as vendas destes setores e sua possível relação com o aumento dos salários, juntamente com a inflação dentro deste período. O que se percebe é que quando o IPI é reduzido o consumo aumenta. Essa redução, em curto prazo, aparenta ser benéfica, porém a longo prazo, constitui-se em um malefício, pois tal consumo não pode ser sustentado por longos prazos.

**Palavras-chave:** redução do IPI, impostos, varejo, política fiscal.

## **ABSTRACT**

To identify what were the impacts that the fiscal policy of the IPI reduction between the years 2000 to 2015 and what caused in the Brazilian retail, focusing on the augmentation and appliances industries, searching the data of the National Treasury, Central Bank, analyzing how sales of these sectors and its possible relationship with the increase in wages, together with inflation within the period. What is perceived when the IPI is reduced consumption increases. This reduction, in the short term, seems to be beneficial, but a long term, constitution into an evil, is a resource as difficult as possible.

**Keywords:** IPI reduction, taxes, retail, fiscal policy



## RESUMEN

Este trabajo busca identificar cuáles fueron los impactos que la política fiscal de la reducción del IPI entre los años 2000 a 2015 y lo que causaron en el comercio minorista brasileño, enfocándose en las industrias automotobilísticas y de electrodomesticos, buscando los datos del Tesoro Nacional, Banco Central, analizando las ventas de estos sectores y su posible relación con el aumento de los salarios, junto con la inflación dentro de este período. Lo que se percibe es que cuando el IPI es reducido el consumo aumenta. Esta reducción, a corto plazo, parece ser benéfica, pero a largo plazo, se constituye en un maleficio, pues tal consumo no puede ser sostenido por largos plazos.

**Palabras clave:** reducción del IPI, impuestos, venta al por menor, política fiscal

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Efígie da República .....	266
Figura 2 – Gráfico do Meio Circulante Nacional .....	299
Figura 3 – Gráfico da Inflação Segundo o IPCA – Índice de Preços do Consumidor Amplo – 1999 até 2015.....	30
Figura 4 – Gráfico da Receita de Impostos 2000 – 2015 (Em milhões R\$).....	355
Figura 5 – Gráfico da Participação dos Impostos sobre o PIB .....	422
Figura 6 - Gráfico do PIB Nominal.....	433
Figura 7 – Gráfico da Arrecadação IPI 2000 até 2015 .....	455
Figura 8 – Gráfico da Venda Média de Veículos 2000 – 2015 (Base 2011 = 100%) .....	488
Figura 9 – Gráfico de Venda Média de Móveis e Eletrodomésticos 2000 – 2015 (Base 2011 = 100%) .....	511
Figura 10 – Gráfico da Comparação de Vendas de Veículos e Móveis e Eletrodomésticos 2000 – 2015 (Base 2011 = 100%).....	533

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Despesas não financeiras do Governo Federal: distribuição por funções e programas – 1969. ....	21
Quadro 02 – Notações dos ativos financeiros que compõem os vários conceitos de oferta monetária adotados pelo Banco Central do Brasil. ....	29
Quadro 3 - Impostos brasileiros por tipo de esfera governamental. ....	37
Quadro 4 – Redução do IPI Linha Branca 2011 .....	50

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Despesa da União por grupo - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (valores expressos em milhares de R\$) .....	22
Tabela 2 – Histórico de Moedas Brasileiras .....	25
Tabela 3 - Cédulas Circulantes – Papel Moeda .....	26
Tabela 4 – Moeda Circulante – Metálicas 1º Família .....	27
Tabela 5 - Participação de Títulos Públicos sobre o PIB.....	33
Tabela 6 – Receita de Impostos 2000 – 2015 (Em milhões R\$) .....	34
Tabela 7 - IPI de Automóveis de Passageiros e Outros .....	46
Tabela 8 - Venda média de Veículos (Base 2011 = 100%).....	47
Tabela 9 – Selic por Reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). .....	49
Tabela 10 – Venda Média de Móveis e Eletrodomésticos (Base 2011 = 100%) .....	51
Tabela 11 – Salário Mínimo de 2000 até 2015.....	54

## SUMÁRIO

1. O ESTADO .....	16
2. FORMAS DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS.....	20
3. OS TRIBUTOS NO BRASIL .....	36
3.1 DIVISÃO DOS IMPOSTOS NO BRASIL POR ESFERA DE GOVERNO.....	36
3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS NO BRASIL.....	38
3.3 ANÁLISE SOBRE OS IMPOSTOS FEDERAIS.....	42
4. A REDUÇÃO DO IPI E SEUS IMPACTOS .....	45
4.1 IMPACTO NO VAREJO – AUTOMÓVEIS .....	46
4.2 IMPACTO NO VAREJO – LINHA BRANCA.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	56
REFERENCIAL ELETRÔNICO .....	57

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que tenta ser assistencialista, ou seja, subsidiar aos seus cidadãos quase todas suas necessidades, como saúde, educação, segurança, entre outros. Este é um dos motivos da carga tributária do país ser tão elevada, dessa forma, o governo valendo-se da política fiscal, passa a efetuar certos ajustes, podendo ser eles a concessão de benefícios ou até mesmo retirando tributos, em alguns setores específicos, neste caso sobre a indústria de automoveis e eletrodomésticos.

Essas reduções se tornam especialmente importantes no cenário atual de crise econômica que o país vive, o governo precisa balancear a arrecadação de recursos e o incentivo à iniciativa privada, para manter a economia ativa e não gerar desemprego. Neste cenário, a redução da tributação torna-se relevante como discussão, razão pela qual foi escolhida como tema deste trabalho.

Para tanto, utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica, baseando-se em autores renomados, como Keynes, Dillard, Rossetti, Weber entre outras fontes, além de dados estatísticos oficiais do governo.

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar o impacto das reduções do IPI para o crescimento do setor do varejo de eletrodomésticos e automotivo mesmo durante um período de crise, passo importante para manter a economia ativa e conseguir apaziguar o cenário caótico em que o país se encontra.

A proposta defendida é que não há crescimento sem investimento, é isso pode ser observado através das reduções de IPI apresentadas no decorrer do trabalho. Em cenários de crise, aumentar a já elevada carga tributária parece uma solução fácil para resolver os problemas econômicos, porém, nem sempre é a solução ideal.

No primeiro capítulo será abordado o papel do Estado e este sendo o poder máximo, dentro de um conjunto de instituições, sendo na base política e administrativa, afim de organizar e coordenar um certo espaço e certo povo, para que possua um bem estar para todos.

Até os anos de 1930 o Estado não causava interferência na economia, sendo referente à alocação dos recursos que possuem, ou mecanismos para

fortalecer a economia do país de origem como nos dias atuais, onde se concentra na mão do Estado fazer moldagens para os setores que mais condizem com os ciclos atuais da economia.

No que se refere a financiamento público, no segundo capítulo deste trabalho, foi abordado às formas do governo efetuar este tipo de manobra, para que o ele consiga apoiar certo nicho ele precisa de meio monetários, para continuar suprindo as suas necessidades como Estado para não prejudicar outras, desta forma ele utiliza de meios como: Títulos Públicos, ajustes fiscais e emissão de moeda. Assim, o gasto se trata de um conceito útil para todos os níveis econômicos inclusive para o Estado.

Já no terceiro capítulo, examinou-se como os tributos aqui são elevados, e em certo período foi concedido algum benefício tributário para as classes industriais com isso ocorreram grande volume de vendas, e os setores que foram beneficiados, por essa liberação do governo, conseguiu produzir mais, efetuar mais vendas e logicamente contratar mais pessoas para suas empresas.

O detalhe é que a redução do IPI foi efetuada para alguns setores somente, o que por sua vez faz com que o governo acabe financiando o restante da economia, isso acontece sempre que o governo decide apoiar certo setor, ou fazer com que tal setor se desenvolva.

No quarto capítulo será feito uma análise do impacto que a redução do IPI causou no varejo de automóveis e linha branca, sendo que é notável é que quando o IPI é reduzido o consumo aumenta, porém essa redução visto em curto prazo parece trazer inumeros benefícios, mas quando se observa em uma série histórica, que o consumo não é sustentado por grandes períodos, ainda mais se tratando de produto duráveis que é o caso, nos mostra que no longo prazo.

Esses setores que estavam surfando em grandes volumes de vendas e contratações, acaba caindo em um verdadeiro poço que não se é possível enxergar o fundo tão rápido quanto as vendas subiram quando receberam os benefícios, o que causa verdadeiro espanto.

## 1. O ESTADO

De acordo com o sítio Mundo Educação,

*O Estado corresponde ao conjunto de instituições no campo político e administrativo que organiza o espaço de um povo e uma nação. Para o Estado existir é necessário que ele possua o seu próprio território e que exerça sobre este a sua cidadania, ou seja, o Estado deve ser a autoridade máxima na área a ele correspondente”.*

*Os elementos essenciais, para a formação do Estado é o território, a população e a soberania, sendo que é garantida por meio de suas leis e do estabelecimento de suas fronteiras (MUNDO EDUCAÇÃO. Conceito de Estado. Disponível em <  
<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conceito-estado.htm>>. Acesso em 01 de Abr de 2017.*

Até os anos de 1930 o Estado não interferia tanto no sistema econômico brasileiro, principalmente no que se referente a alocação dos recursos econômicos, seja na produção de produtos nacionais ou até mesmo nas instituições para fortalecer a economia local, como nos dias atuais.

Nesta época, o sistema econômico era dominado pelas leis de mercado, fazendo ajustes caso viesse a surgir algum desequilíbrio. A compreensão dos preços relativos, no que se leva em conta o preço das coisas envolvidas dessa forma era somente pelos os fatores do processo produtivo sendo eles: capital, terra e trabalho. Os preços relativos também levavam em conta os produtos substitutos e ou complementares, assim como de mercadorias que não tinham ligação, mas de certa forma influenciavam na estrutura do preço dos bens domésticos.

Contudo, observa-se que não havia uma preocupação com a Economia no Geral, justamente ser mais importante, compreender como se mantinham o funcionamento dos preços dos produtos e dos fatores produtivos no processo de crescimento e desenvolvimento sendo estas das relações exteriores, e do bem-estar da população interna, isso ocorreu pautado em uma suposição mais forte e delicada que seria toda a base e suporte para a economia vigorante, a concorrência perfeita.

Foi com apreço a uma estrutura já montada de mercado que estivesse em um sistema perfeito, que diversos economistas tentaram apontar inconsistências de algumas hipóteses deste tipo de mercado. Desta forma, a teoria dos preços não possuía mais condições de avançar no meio intelectual dos economistas, que



reconheceram que a teoria dos preços relativos, não assegurava mais esclarecimentos econômicos.

Segundo DILLARD (1993), em sua obra, A Teoria Econômica de John Maynard Keynes:

*A significação histórica da nova Economia Política de Keynes consiste em que ela proporciona a base teórica para um novo liberalismo, o qual, diversamente do liberalismo clássico, rejeita o laissez-faire. (DILLARD, 1993, p. 296).*

Apesar de não se dizer totalmente contra a filosofia da teoria dos preços, ou mais especificamente dos preços relativos, mas após várias discussões entre os economistas mais famosos da época G. STIGLER (1972), Joan ROBINSON (1956), Michal KALECKI (1942), e muitos outros expoentes da época, demonstraram respeito ao modelo da competição perfeita e apontaram que no mundo real já estava transformado e se comportava de outra forma, não sendo a de um mercado perfeitamente bem comportado.

Os mercados já estavam funcionando em uma estrutura de grande imperfeição, tendo várias maneiras de acumulação de capital que se processavam, e as concentrações que estimulavam os conglomerados e na formação de oligopólios e monopólios. Estes, por sua vez, com maiores chances de dominarem o mercado, tanto local quanto mercados a longas distâncias de onde era produzido, assim transformando a forma que era enxergado a composição de preço e, por sua vez, deixando a filosofia de competição perfeita para trás.

Com essa visão de imperfeição dos mercados existentes, o sistema econômico não teria mais chances de se auto reajustar, todavia, precisava de algo que viesse a interferir na busca de conseguir o equilíbrio de mercado, agora este mais agressivo e mais competitivo, sem contar com as condições naturais do mercado livre, ou *laissez-faire*, descrito por Adam Smith na economia clássica. “A maior desarmonia do capitalismo do *laissez-faire* é que o pleno emprego se torna cada vez mais difícil de conseguir com a progressiva acumulação de riqueza” (DILLARD, 1993, p. 296).

Já, segundo WEBER (1894-1920), *apud* MALISKA (2006):

*Weber, em sua Sociologia Política, distingue três tipos de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a racional legal. Deve-se registrar que*

*Weber, quando trata dos tipos de dominação, deixa claro que se tratam de tipos-ideais, e, por conseguinte, que nunca se encontram, ou só muito raramente, em estado puro na realidade histórica. (MALISKA, 2006. p.22)*

A questão da legitimação do poder pode ser conceituada através de três tipos distintos: tradicional, racional legal e carismática. Trata-se de uma idealização, e dessa forma, não encontram representatividade pura com facilidade, em seu estado mais peculiar e único. O mais comum, analisando a história, é encontrar traços de um e de outro em cada regime, em um verdadeiro misto de dominações legítimas.

A ideia principal da conceituação da legitimação do poder intenta mais em servir de instrução para a tomada de decisões do que servir de classificação histórica ou construção de hipóteses, mas sim de definição de um rumo a se seguir, de forma a construir um planejamento mais concreto, por meio da representação da legitimação do poder.

Por domínio tradicional se entende aquele realizado através da fundamentação na religiosidade e na fé, mantendo as tradições em vigor, nesse caso, advém à legitimidade principalmente da força dos costumes. Ao se falar em crença, religiosidade e fé, não necessariamente esse poder deriva da igreja, podendo vir de alguma linhagem, superstição ou ato predefinido.

Aquele que detém o poder não o recebe, em razão da escolha dos habitantes daquela localidade, mas sim por algum fator derivado do costume, como por exemplo, ser o primogênito de uma linhagem real que, em regra, herdou o poder de seu pai e irá transmitir para seu primeiro filho. Essa forma de dominação não envolve votação ou qualquer outro estilo de escolha popular, mas sim algum costume predefinido por aquela sociedade.

O poder é exercido em título pessoal, de maneira que o dever da obediência é devido diretamente à ele, e suas ordens são validadas em razão do privilégio tradicional do soberano. Trata-se de um regime mais suscetível à grandes variações, pois apenas em virtude do humor e da boa vontade de seu soberano, uma pessoa ou um grupo delas podem receber muitos favores ou cair em desgraça absoluta, indo de ídolos à párias em questão de pouco tempo.

Apesar de ser um poder derivado do costume, não é absorvido pelo soberano por sua própria vontade e com liberdade total, ele deve sempre respeitar a tradição acima de tudo, pois se esta for violada, o poder corre o risco de sofrer questionamentos e resistências, ao ponto de poder ruir. Na legitimação tradicional não há força maior que a da tradição.

Por outro lado, no domínio carismático observa-se que o poder reside principalmente no valor pessoal do homem, seja através de sua santidade, de seus exemplos, seu caráter heroico, a soma de todos esses ou muitas outras características que o povo pode visualizar como positivas e que agreguem ao comando da nação.

Trata-se do tipo mais comum de legitimação de poder do mundo moderno, sendo, porém, um tipo excepcional de representação do poder político, não em razão quantitativa, mas sim pela forma em que se desenvolve, pois o carisma é uma qualidade incomum entre os seres humanos, que lhes parecem destacar dos demais.

Esse poder de transformação através do carisma beira ao sobrenatural, com o poder de tornar uma pessoa comum, cheia de defeitos, em alguém perfeito em primeira análise, um exemplo, fora do lugar comum, trazendo para próximo de si um grupo de discípulos e partidários, que defendem com todo furor seu líder/ídolo, de forma por vezes irracional, haja vista o grande poder de convencimento dessas pessoas.

Por domínio racional legal, que é o regime mais típico do Estado Moderno, o fundamento maior é o relacionado principalmente às normas e regulamentos, seja estes estabelecidos por meio de outorga ou convenção, constituindo um mundo abstrato de regras e prescrições, competindo à um órgão de justiça a aplicação e análise de caso à caso.

Nessa forma de legitimação do poder, todos estão sujeitos as leis, inclusive o chefe máximo do poder político, sendo todos denominados cidadãos. Nesse regime, há vários poderes menores, ocupados por equipes de funcionários que não são donos de seus cargos, mais escolhidos por meio de algum critério, seja nomeação, indicação ou concurso, entre outros.

## 2. FORMAS DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS

Pode-se entender como gasto público como se gastar certa quantia de dinheiro para pagar algo e se desfrutar de um bem ou serviço, em um sentido econômico a quantia gasta é conhecida como dispêndio. O gasto é um conceito útil para todos os níveis econômicos, sendo este de suma importância tanto para famílias quanto para empresas e governo.

É de grande relevância para as famílias o controle de seus gastos, uma vez que os rendimentos possam permitir o cumprimento de suas obrigações e satisfazer suas necessidades. Todos os gastos devem ser controlados, independente da classe e nível econômico. É perceptível que quanto menor a renda, maior a quantia despendida para os consumos básicos, no sentido de uma família, por exemplo, esse gasto se dá principalmente a alimentação e moradia.

Para as empresas não é muito diferente, o conhecimento dos seus gastos é crucial no momento de estabelecer suas metas corporativas afetando diretamente nos seus lucros e fazendo com que o negocio se torne perpetuo. Para as empresas, apesar de conseguirem quantias maiores de financiamento, se o resultado for uma pequena quantia, o percentual gasto para matérias primas, salários e impostos fica com a maior parte. Desta forma não torna possível fazer investimento com o lucro obtido, muitas vezes isso prejudica as empresas, inibindo a sua expansão em suas instalações.

No caso do governo, apesar de não possuir interesses em lucros, ter o controle dos gastos também é valoroso, para evitar déficits fiscais, uma vez que se toma conhecimento de seus gastos e suas receitas se torna mais fácil organizar os seus investimentos futuros.

Segundo REZENDE (2006), os gastos públicos podem ser classificados em três principais ópticas:

- a) Da finalidade do gasto;
- b) Da natureza do dispêndio; e
- c) Do agente encarregado da execução do gasto

Sob a finalidade, normalmente os gastos são dispostos em funções entre programas e subprogramas, assim dependendo do grau adotado para cada agregação, a classificação no Brasil adotado em 1969 eram representados conforme abaixo:

**Quadro 01** - Despesas não financeiras do Governo Federal: distribuição por funções e programas – 1969.

<b>Funções/Programas</b>	<b>(% do Total)</b>
<b>I. Bens Públicos</b>	<b>13,18</b>
Administração Geral	2,15
Defesa	10,77
Segurança	0,26
<b>II. Seguridade Social</b>	<b>40,33</b>
Previdência	36,97
<b>III. Saúde e Educação</b>	<b>14,22</b>
Saúde	8,79
Educação	5,43
<b>IV. Infraestrutura Econômica</b>	<b>27,32</b>
Transp./Telecom	24,54
Energia	2,78

**Fonte:** Rezende (2006)

**Elaboração:** o Autor.

Segundo REZENDE (2006) a natureza do gasto é de costume identificar principais características, sendo quatro em destaque categorias efetivas e ainda assim dividida em duas partes sendo elas:

- **Despesas Correntes**

1. Custeio: São gastos para manutenção de serviços anteriormente criados e se encaixam também obras de conservação e adaptação de bens imóveis (Art. 12, Lei 4.320), JUND (2008) complementa ainda com mais exemplos, sendo também pagamentos de terceiros, pagamentos de pessoal e encargos.
2. Transferências: São dotadas para despesas que não são diretamente em bens ou serviços, são destinadas para atender outras entidades sendo estas de direito público ou direitos privados. Exemplos desse tipo são: Transferências de assistência e

previdência social, juros da dívida pública e até mesmo os pagamentos de salário família.

- **Despesas de Capital**

3. Investimento: são despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamento e material permanente.
4. Inversões Financeiras é grupo de natureza da despesa que abrange os gastos com: aquisição de imóveis em utilização, aquisição de bens para revenda, aquisição de títulos de crédito de títulos representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas concessão de empréstimos, entre outros. Em outras palavras é tornar um bem particular em um bem da posse do Estado, isso acontece por meio de desapropriação, uma vez que o Setor público deve entrar em contato com o proprietário para passar a usufruir deste.

**Tabela 1 – Despesa da União por grupo - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (valores expressos em milhares de R\$) 2000, 2005, 2010 e 2015.**

<b>GRUPO DE DESPESA</b>	<b>2000</b>	<b>% Part.</b>	<b>2005</b>	<b>% Part.</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>787.065.191</b>	<b>40,56%</b>	<b>915.487.931</b>	<b>46,85%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	183.356.006	9,45%	166.081.333	8,50%
Juros e Encargos da Dívida	122.261.712	6,30%	158.615.202	8,12%
Outras Despesas Correntes	481.447.473	24,81%	590.791.396	30,23%
Transf. a Estados, DF e Municípios	162.371.684	8,37%	207.817.893	10,64%
Benefícios Previdenciários	203.724.453	10,50%	251.563.301	12,87%
Demais Despesas Correntes	115.351.336	5,94%	131.410.202	6,72%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>205.956.782</b>	<b>10,61%</b>	<b>156.074.136</b>	<b>7,99%</b>
Investimentos	31.794.445	1,64%	30.582.815	1,57%
Inversões Financeiras	35.955.355	1,85%	38.536.473	1,97%
Amortização da Dívida	138.206.982	7,12%	86.954.849	4,45%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>993.021.973</b>	<b>51,17%</b>	<b>1.071.562.068</b>	<b>54,84%</b>
Amortização da Dívida - Refinanciamento	947.502.654	48,83%	882.513.278	45,16%
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	926.106.853	47,72%	874.963.254	44,78%
Refinanciamento da Dívida Contratual	21.395.801	1,10%	7.550.024	0,39%
<b>TOTAL</b>	<b>1.940.524.627</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.954.075.346</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 1 – Despesa da União por grupo - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (valores expressos em milhares de R\$) 2000, 2005, 2010 e 2015.**

Cont.

<b>GRUPO DE DESPESA</b>	<b>2010</b>	<b>% Part.</b>	<b>2015</b>	<b>% Part.</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.176.430.043</b>	<b>60,06%</b>	<b>1.399.017.923</b>	<b>63,07%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	233.326.892	11,91%	235.452.588	10,61%
Juros e Encargos da Dívida	168.601.265	8,61%	208.360.342	9,39%
Outras Despesas Correntes	774.501.885	39,54%	955.204.992	43,06%
Transf. a Estados, DF e Municípios	258.528.555	13,20%	213.859.551	9,64%
Benefícios Previdenciários	340.358.562	17,38%	402.864.917	18,16%
Demais Despesas Correntes	175.614.768	8,97%	338.480.525	15,26%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>266.301.312</b>	<b>13,60%</b>	<b>247.502.336</b>	<b>11,16%</b>
Investimentos	32.827.180	1,68%	9.634.833	0,43%
Inversões Financeiras	40.166.723	2,05%	55.915.627	2,52%
Amortização da Dívida	193.307.408	9,87%	181.951.875	8,20%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.442.731.355</b>	<b>73,66%</b>	<b>1.646.520.258</b>	<b>74,23%</b>
Amortização da Dívida - Refinanciamento	516.002.665	26,34%	571.631.739	25,77%
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	512.601.842	26,17%	569.108.356	25,66%
Refinanciamento da Dívida Contratual	3.400.823	0,17%	2.523.382	0,11%
<b>TOTAL</b>	<b>1.958.734.020</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.218.151.997</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** SIAFI - STN/CCONT/GEINC

**Elaboração:** o Autor.

Como se pode observar, na tabela acima, as despesas do governo se concentram em despesas correntes, onde absorve os juros da dívida, gastos com pessoal entre outras despesas correntes tais como: transferências para Estados e Municípios, Benefícios previdenciário. As Despesas correntes saltaram de 40,56% de participação do gasto total do ano de 2000 para 63,07% no ano de 2015, isso se deve, em grande parte, ao fato dos benefícios previdenciários, que girava em torno de 12% no ano de 2000 saltou para 18,16%.

Por outro lado, o investimento obteve queda, saindo de 1,64% de participação do gasto, para 0,43% em 2015, ou seja, uma redução em torno de 73%, mas o gasto sobre investimento não é tão considerável, no meio geral dos gastos, desta forma não compensaria o aumento que teve nos encargos sociais e pessoais. O juros e encargos da dívida tem um peso considerável pois toma 6,30% em 2000 e

em 2015 tem a participação de 9,39% dos gastos totais, assim o governo paga dívida ao invés de aumentar seus investimentos.

A classificação por categoria econômica das despesas é inspirada no esquema estabelecido na Contabilidade Nacional, tendo objetivo de dimensionar a participação do gasto governamental nos principais agregados, sobre análise macroeconômica.

É explícito que alguns programas tendem a possuir uma maior ênfase dos dispêndios públicos a Segurança Pública é um grande tomador de mão de obra, apresentando um alto desembolso com gasto com pessoal, e na manutenção de equipamentos.

Quanto maior a parcela designada para produção de bens públicos e semipúblicos, maior será as despesas com pessoal no orçamento total, uma vez que uma participação pública mais direcionada a investimentos fica diretamente ligada a ênfase em programas de melhoria e crescimento da infraestrutura econômica naquela região e por consequência o Estado em que se foi efetuado.

- **Obrigações do Governo**

Existem algumas principais esferas em que o Governo Federal deve interferir levando sendo as seguintes obrigações:

1. Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
2. Garantir desenvolvimento nacional;
3. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
4. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem e raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Ao decorrer dos anos, as despesas do governo vem aumentando consideravelmente, uma vez que é necessário suprir necessidades básicas da sociedade tais como saúde, educação, segurança, entre outras o governo é tem a obrigatoriedade de manter toda esta estrutura em funcionamento.

Para que isso seja colocado em prática, é necessário que o Governo tenha caminhos alternativos de financiamento, sendo esses:



1. Emissão de Moeda;
2. Emissão de Títulos públicos; e
3. Alteração fiscal.

- **Emissão de Moeda**

O responsável por efetuar as emissões de moeda no Brasil, de acordo com o sítio do Banco Central, é a Casa da Moeda do Brasil (CMB), que foi fundada em 8 de março de 1694 pelo rei de Portugal D. Pedro II, em Salvador, com o objetivo de atender a demanda de fabricação de moedas no país. Segundo a Casa da Moeda, há mais de 300 anos a empresa pública é responsável pela produção do meio circulante brasileiro e de outros produtos de segurança, como passaportes com chips e selos fiscais.

O complexo industrial, localizado em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, é um dos maiores do gênero no mundo. No local, funcionam as três fábricas da empresa - de cédulas, de moedas e gráfica - onde são desenvolvidos produtos com o elevado padrão de qualidade exigido no mercado moderno.

A moeda oficial no Brasil é o Real, efetivado no dia 01º de Julho de 1994, porém já estamos na 8º moeda circulante conforme tabela abaixo:

**Tabela 2 – Histórico de Moedas Brasileiras**

Moeda	Descrição	Data de Início	Data Fim
1º	Cruzeiro	-	13/02/1967
2º	Cruzeiro Novo	13/02/1967	15/05/1970
3º	Cruzeiro	15/05/1970	28/02/1986
4º	Cruzado	28/02/1986	16/01/1989
5º	Cruzado Novo	16/01/1989	16/03/1990
6º	Cruzeiro	16/03/1990	01/08/1993
7º	Cruzeiro Real	01/08/1993	01/07/1994
8º	Real	01/07/1994	-

**Fonte:** Banco Central do Brasil. <<https://www.bcb.gov.br/htms/Museu-espacos/cedulabc.asp?idpai=CEDMOEBR.>> Acesso em 19 de Agosto de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

Na moeda brasileira Real, existem sete cédulas em circulação, cada nota com uma figura, representando a história, cultura, fauna e a flora brasileira, e

no anverso de todas as notas existe uma efígie simbólica da República, interpretada sob a forma de escultura.

**Figura 01** – Efígie da República



**Fonte:** <[https://www.google.com.br/search?q=ef%C3%ADgie+cedulas&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjC8u2A6ePVAhUEhJAKHXD6DbcQ\\_AUICigB&biw=1517&bih=735#imgrc=ZvSGDv4DhZKaaM](https://www.google.com.br/search?q=ef%C3%ADgie+cedulas&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjC8u2A6ePVAhUEhJAKHXD6DbcQ_AUICigB&biw=1517&bih=735#imgrc=ZvSGDv4DhZKaaM)> . Acesso 19 de Agosto de 2017.

As notas são feitas de um papel especial, porém conforme vão se passando os anos elas são facilmente gastas, rasgadas, rasuradas e muitas vezes até escritas, dependendo do estado em que a nota se apresenta não se torna aceitável nos estabelecimentos, assim é necessário efetuar a substituição dessas notas para não faltar a moeda para efetuarem transações.

**Tabela 3** - Cédulas Circulantes – Papel Moeda

Valor das Cédulas	Figura Representativa
R\$ 1,00	Beija-Flor
R\$ 2,00	Tartaruga Marinha
R\$ 5,00	Garça
R\$ 10,00	Arara
R\$ 20,00	Mico Leão Dourado
R\$ 50,00	Onça Pintada
R\$ 100,00	Garoupa

**Fonte:** Banco Central do Brasil. <<https://www.bcb.gov.br/htms/Museu-espacos/cedulabc.asp?idpai=CEDMOEBR.>> Acesso em 19 de Ago de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

As moedas metálicas complementam o conjunto do dinheiro em circulação. São confeccionadas em ligas metálicas, tendo seu valor expresso em

centavos, ou seja, equivalem a um valor da centésima parte de um Real. Sua existência facilita o fracionamento dos preços e das transações econômicas.

**Tabela 4 – Moeda Circulante – Metálicas 1º Família**

Valor Facial	Diâmetro mm	Peso g	Espessura mm	Material
0,01	20	2,96	1,2	Aço Inoxidável
0,05	21	3,27	1,2	Aço Inoxidável
0,10	22	3,59	1,2	Aço Inoxidável
0,25	23,5	4,78	1,4	Aço Inoxidável
0,50	23	3,92	1,2	Aço Inoxidável
1,00	24	4,27	1,2	Aço Inoxidável

**Fonte:** <<http://www.bcb.gov.br/htms/mecir/mcomum/macomum.asp>> Acesso em 19 de Ago de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

De todos os meios de pagamentos existentes, o valor em espécie é o com maior liquidez, pois se trata de valores visíveis e palpáveis, segundo os ativos financeiros monetários são tem uma parcela de especialidades:

- Tem Liquidez absoluta;
- Não proporcionam rendimentos a seus detentores;
- São empregados como meios de pagamento.

A moeda em poder do público corresponde ao conceito de Moeda Manual. Os depósitos à vista em todas as instituições bancárias somadas correspondem ao conceito de moeda escritural ou moeda bancária. Das duas formas de meio de pagamento utilizado, o público preferencialmente recai sobre a escritural, segundo ROSSETTI (2006) as razões são:

- **Segurança:** Os depósitos a vista são menos passíveis de perdas e roubo, comparativamente à moeda corrente.
- **Facilidade de Manejo:** O instrumento de manejo da moeda escritural, o cheque, é mais facilmente utilizável, principalmente em transações de elevado maior.
- **Contabilização e Comprovação:** Os pagamentos por meio de cheques facilitam a contabilização e a comprovação da operação liquidada.

- **Obtenção de Créditos:** Os bancos consideram os saldos médios dos depósitos a vista como importante elemento para concessão de empréstimos e financiamentos a seus detentores. Os que mantêm saldo médio expressivos nos bancos para fins transacionais têm, como regra maiores facilidades para a realização de operações de crédito, comparativamente aos que não os mantêm.

A oferta monetária é inicialmente oriunda da variação nominal do meio circulante existente, defina sob o controle das autoridades monetárias presentes nesse território, mas também levando em conta o processo de multiplicação do componente escritural, desencadeador do sistema bancário. Os Bancos comerciais possuem poder para multiplicar a base monetária, pois eles emprestam dinheiro e assim altera a base monetária.

Se não houvesse regras para frear essas instituições o processo do multiplicador e por consequência os meios de pagamento poderiam se elevar de tal forma que sairia do controle, chegando ao ponto de comprometerem o próprio valor da moeda e da economia no geral. Assim o controle da oferta monetária não só é feito na emissão primária, mas é estendido ao processo de multiplicação da moeda escritural.

Segundo ROSSETTI (2006), os graus de liquidez dos ativos no país que o Banco Central do Brasil institucionalizou quatro conceitos de oferta monetária, frequentemente a oferta monetária é representada por  $M$ , os quatro conceitos são caracterizados por  $M1$ ,  $M2$ ,  $M3$ ,  $M4$ . Os ativos são considerados por cada conceito:

- **M1:** Corresponde à versão convencional e limitada aos meios de pagamento, é resultante da soma de papel-moeda em poder do público com os depósitos a vista no sistema bancário.
- **M2:** Inclui, além dos ativos que totalizam o conceito  $M1$ , os depósitos de poupança e as aplicações em títulos privados.
- **M3:** Resulta da soma de  $M2$  com os saldos das quotas de fundos de renda fixa mais as operações compromissadas com títulos federais.

- **M4:** É o mais abrangente dos conceitos. Resulta da soma de M3 com as aplicações do público em títulos federais (Sistema Selic) e em títulos de emissão dos estados e municípios.

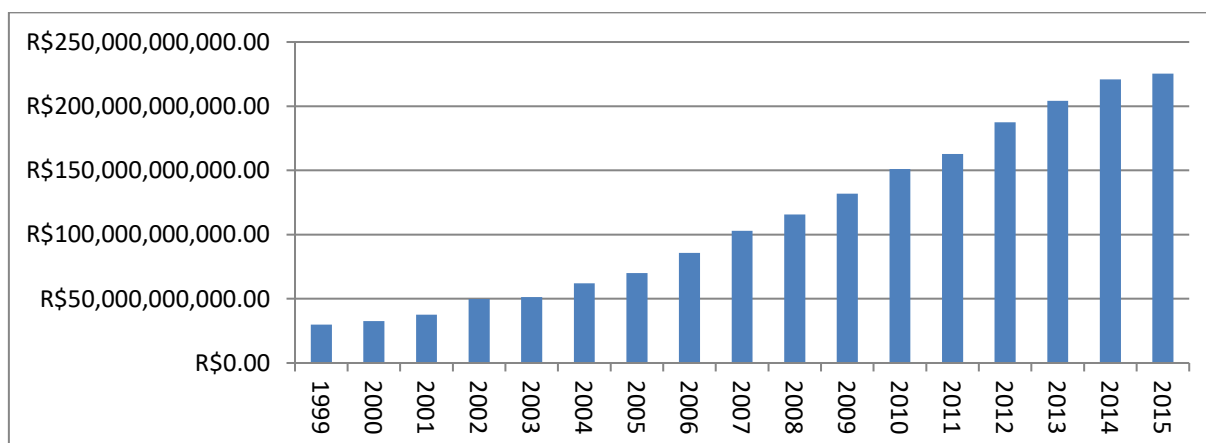
**Quadro 02** – Notações dos ativos financeiros que compõem os vários conceitos de oferta monetária adotados pelo Banco Central do Brasil.

Ativos Financeiros	Notações
Papel-moeda em poder do público	<b>PMPP</b>
Depósitos a vista no sistema bancário	<b>DVSB</b>
Depósitos a vista nos bancos comerciais	<b>DVBC</b>
Depósitos a vista nas caixas econômicas	<b>DVCE</b>
Depósitos a vista nos bancos múltiplos	<b>DVBM</b>
Depósito de poupança	<b>DP</b>
Títulos Privados	<b>TPR</b>
Quotas de fundo de renda fixa	<b>QFRF</b>
Operações compromissadas com títulos federais	<b>OCTF</b>
Títulos Públicos	<b>TPU</b>
Títulos federais (Selic)	<b>TFS</b>
Títulos estaduais e municipais	<b>TEM</b>

**Fonte:** ROSSETTI, José Paschoal. INTRODUÇÃO A ECONOMIA; 20ª Ed. Atlas, SP, p.660 (2006).

**Elaboração:** o Autor.

**Figura 2** – Gráfico do Meio Circulante Nacional



**Fonte:** Banco Central.

**Elaboração:** o Autor.

Com as notações acima de forma mais simplificada os conceitos são respectivamente:

$$M1 = PMPP + (DVBC + DVCE + DVBM)$$

$$M2 = M1 + DP + TD$$

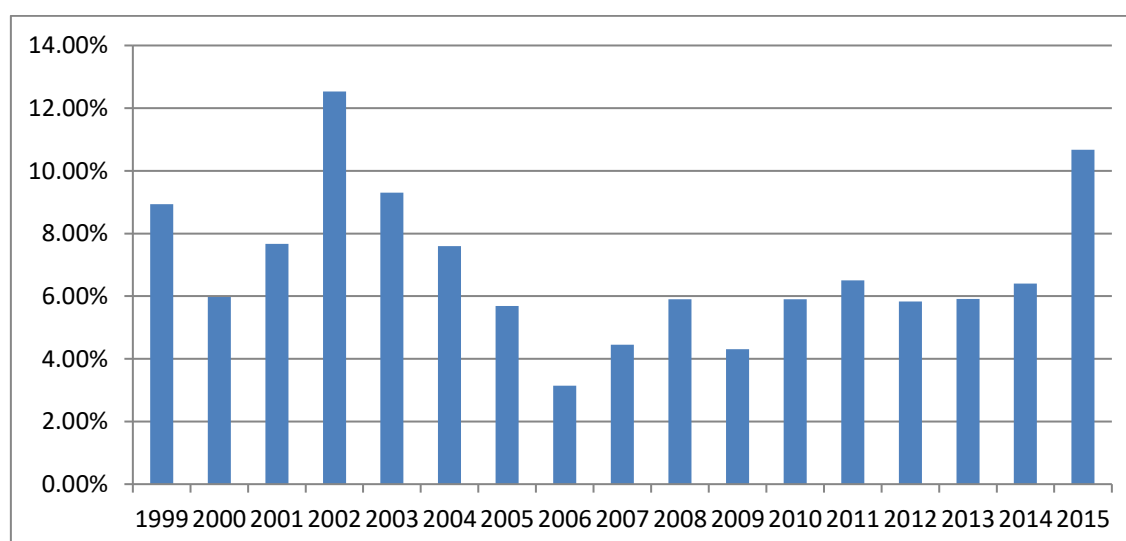
$$M3 = M2 + QFRF + OCTF$$

$$M4 = M3 + TSF + TEM$$

Uma vez que se emite moeda, no final do ciclo se é esperado uma certa inflação, pois quanto mais moeda em circulação mais facilitada fica o crédito, tanto para pessoas físicas quanto pessoas jurídicas. Desta forma o consumo tende a aumentar, segundo ROSSETTI (2006) e o princípio de Oferta x Demanda, os preços tendem a subir, gerando assim a inflação na economia.

A quantidade de moeda foi crescendo de acordo com a necessidade da movimentação da economia, uma vez que nesse período houve troca de presidente nos anos de 2002 entre Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, para Luís Inácio Lula Da Silva (2003 – 2010) pelo PT – Partido dos Trabalhadores passando para a posse para Dilma Vana Rousseff (2011 – 2016) também pelo PT, apesar de vários anos o Partido dos Trabalhadores se manterem no poder, a confiança foi totalmente alterada nesse tempo, coisa que se pode perceber pela inflação nesse período, atingindo recorde nos últimos anos, em 2002 chegou ao percentual de 12,53%.

**Figura 3** – Gráfico da Inflação Segundo o IPCA – Índice de Preços do Consumidor Amplo – 1999 até 2015



**Fonte:** Banco Central.

**Elaboração:** o Autor.

Quando a inflação chega à zero quer dizer que os preços foram estabilizados, o que não acontece na Economia Brasileira. No livro *Introdução a Economia*, conceito de inflação por Rossetti (2006):

*A inflação é a categoria predominante de variação do valor da moeda. Trata-se de um fenômeno universal, comum a praticamente todos os países. Corresponde a uma alta generalizada dos preços dos bens e serviços, expressos pelo padrão monetário corrente. A alta, que varia de intensidade de país para país e de época para época, implica desvalorização da moeda em relação aos demais ativos. (ROSSETTI. p.695).*

Ainda segundo ROSSETTI (2006) a inflação é um aumento dos níveis dos preços gerais na economia, diminuição do poder de compra com a mesma quantidade de moeda sendo assim, o autor considera dois tipos de inflação:

- **Demanda:** É quando existe um excesso de demanda agregada referente ao produto disponível, em outras palavras existem várias pessoas comprando e poucos produtos no mercado, assim os preços são elevados.
- **Custo:** É quando a demanda se mantém a mesma, mas os custos de produção são elevados, as causas mais comuns para que os custos sofram aumento são: aumentos salariais, custo da matéria prima, e até mesmo aumento de tributos e encargos, assim é necessário ajustar os preços dos produtos.
- **Inercial:** A inflação inercialista é caracterizada quando existe uma autopropagação da inflação e na prática da indexação, esta correção dos custos de fatores, e dos preços dos produtos, de acordo com a inflação passada, mantendo assim uma estrutura de preços relativos e se reconsolida o poder de compra, fazendo com que a inflação se perpetue.

Keynes (1993) já dizia que não existe uma forma mais sutil nem mesmo mais segura do que destruir as bases de uma sociedade do que corromper a sua moeda, e ele está correto nesse pensamento uma vez que a moeda de um local está destruída não se é possível acumular riqueza, gerar novas tecnologias e pressão de ambientes externos, então a economia perde seu total controle, e assim dificulta a riqueza daquele ambiente.

- **Títulos Públicos**

Segundo o site do Tesouro Nacional (2017), os títulos públicos são ativos de renda fixa, ou seja, seu rendimento pode ser dimensionado no momento do investimento, ao contrário dos ativos de renda variável (como ações), cujo retorno não pode ser estimado no instante da aplicação. Dada a menor volatilidade dos ativos de renda fixa frente aos ativos de renda variável, este tipo de investimento é considerado mais conservador, ou seja, de menor risco, porém com menores rendimentos, em vista de outros produtos disponíveis.

Ao comprar um título público, o investidor empresta dinheiro para o governo brasileiro em troca do direito de receber, no futuro, uma remuneração por este empréstimo, ou seja, ele receberá o que emprestou mais os juros sobre esse empréstimo. Desta maneira, com o Tesouro Direto, o investidor não somente se beneficia de uma alternativa de aplicação financeira segura e rentável, como também ajuda o país a promover seus investimentos em saúde, educação, infraestrutura, entre outros, indispensáveis ao desenvolvimento do Brasil.

Cabe ressaltar que os títulos públicos são negociados apenas escrituralmente, isto é, não existe um documento físico que representa o título. O indivíduo que o compra terá a garantia da aplicação por meio do número de protocolo gerado a cada operação e o título adquirido ficará registrado no seu CPF, podendo ser consultado a qualquer tempo por meio do seu extrato no sítio do Tesouro Direto.

Ao investir no Tesouro Direto, que é um tipo de investimento de menor risco da economia, os títulos públicos são 100% garantidos pelo Tesouro Nacional, uma vez que o País pode fazer a emissão de moeda para efetuar o seu pagamento, mesmo gerando inflação no sentido de fazer possuir mais moeda em circulação o governo não deixa de pagar sua dívida com os detentores de Títulos.

Por outro lado, com a emissão de títulos públicos, faz com que as pessoas comprem estes títulos e por sua vez retornando o dinheiro para o governo, assim o governo ao mesmo tempo está emitindo moeda e a recuperando, pois está prometendo certos juros aplicados em um determinado tempo de investimento, assim o governo possui dinheiro para aplicar seus investimentos, de acordo com a necessidade ou projeto já pré-definidos.



**Tabela 5 - Participação de Títulos Públicos sobre o PIB**

ITEM	Período			
	2000		2005	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>101.976,98</b>	<b>8,50%</b>	<b>208.042,66</b>	<b>9,58%</b>
Emissão de Títulos	89.432,76	7,46%	179.666,06	8,28%
Rem. das Disponibilidades	11.620,46	0,97%	27.177,77	1,25%
Rem. Das Aplic. Financeiras	680,34	0,06%	1.198,83	0,06%
Resultado do Banco Central	243,41	0,02%	-	0,00%
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>76.662,31</b>	<b>6,39%</b>	<b>242.217,37</b>	<b>11,16%</b>
Resgate de Títulos	72.350,03	6,03%	215.975,27	9,95%
Encargos da DPMF	4.312,28	0,36%	26.242,10	1,21%
<b>3. RESULTADO</b>	<b>25.314,66</b>	<b>2,11%</b>	<b>- 34.174,71</b>	<b>-1,57%</b>
<b>PIB Nominal</b>	<b>1.199.092,07</b>	<b>-</b>	<b>2.170.584,50</b>	<b>-</b>
ITEM	Período			
	2010		2015	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>112.413,35</b>	<b>2,89%</b>	<b>465.239,92</b>	<b>7,75%</b>
Emissão de Títulos	56.861,23	1,46%	192.483,59	3,21%
Rem. das Disponibilidades	36.061,23	0,93%	87.464,64	1,46%
Rem. Das Aplic. Financeiras	1.810,29	0,05%	8.754,55	0,15%
Resultado do Banco Central	17.680,81	0,46%	176.537,14	2,94%
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>121.655,35</b>	<b>3,13%</b>	<b>247.499,99</b>	<b>4,12%</b>
Resgate de Títulos	91.223,99	2,35%	182.619,75	3,04%
Encargos da DPMF	30.431,36	0,78%	64.880,24	1,08%
<b>3. RESULTADO</b>	<b>- 9.242,01</b>	<b>-0,24%</b>	<b>217.739,93</b>	<b>3,63%</b>
<b>PIB Nominal</b>	<b>3.885.847,00</b>	<b>-</b>	<b>6.000.570,46</b>	<b>-</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Elaboração: o Autor.

Conforme os dados extraídos no Tesouro Nacional, os Títulos Públicos no ano de 2000 obteve um resultado positivo com 2,11%, ou seja, houve mais emissão de títulos do que resgates, desta forma contribuiu para o crescimento do PIB desse ano, já no ano de 2005 o cenário se inverteu, houve mais resgates do que emissões, fazendo com que o resultado de títulos afetasse negativamente em -1,57 o PIB.

No ano de 2010, ainda os títulos afetam negativamente no PIB, porém em menor escala, atingindo em -0,24%, já no ano de 2015 o resultado é revertido e

faz com o que os títulos voltem a participar positivamente do PIB alcançando a marca de 3,63% de participação.

Tendo em consideração que o PIB aumentou consideravelmente dentre esses anos, os títulos públicos tem sua participação de certa forma positiva, pois consegue pegar dinheiro emprestado com taxas menores, ou até mesmo com prazos maiores do que empréstimos externos, fazendo com que a emissão de Títulos Públicos tem a grande função de financiar o Governo.

- **Arrecadação Fiscal**

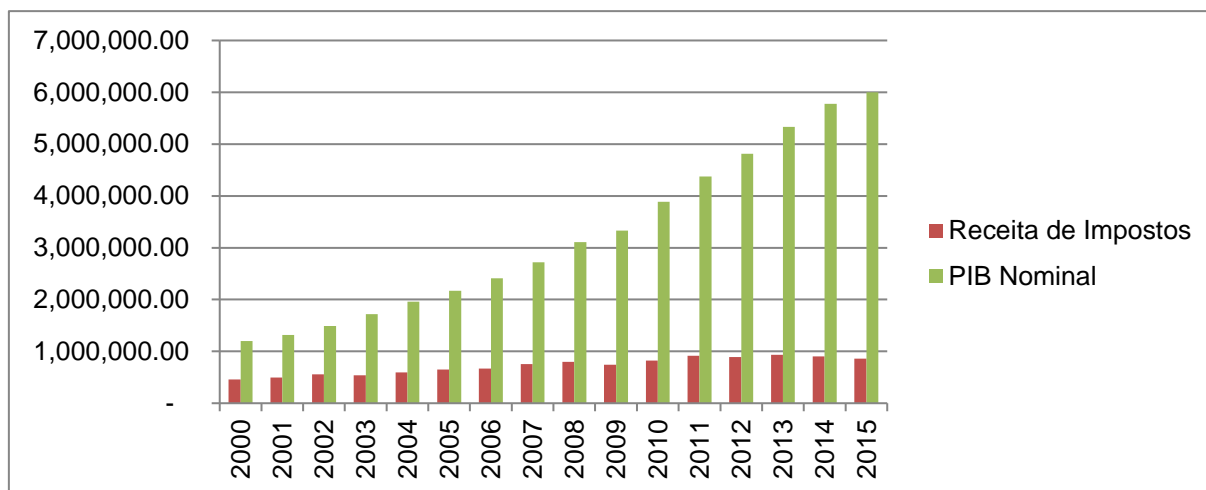
Na tabela abaixo, pode-se observar que os impostos sofreram uma elevação gradativa com o decorrer dos anos, porém isso não corresponde necessariamente a uma maior participação dos mesmos no PIB Nominal, ou seja, isso demonstra que os impostos não mais representam a mesma importância para a Economia do país perdendo relevância para outras receitas.

**Tabela 6 – Receita de Impostos 2000 – 2015 (Em milhões R\$)**

Anos	Receita de Impostos	PIB Nominal	% Participação dos Impostos no PIB
2000	460.110,11	1.199.092,07	38,37%
2001	494.236,87	1.315.755,47	37,56%
2002	559.088,84	1.488.787,26	37,55%
2003	538.677,21	1.717.950,40	31,36%
2004	596.328,59	1.957.751,21	30,46%
2005	647.956,48	2.170.584,50	29,85%
2006	670.853,37	2.409.449,94	27,84%
2007	752.162,81	2.720.262,93	27,65%
2008	795.627,11	3.109.803,10	25,58%
2009	741.486,61	3.333.039,35	22,25%
2010	821.909,68	3.885.847,00	21,15%
2011	913.334,46	4.376.382,00	20,87%
2012	892.373,40	4.814.760,00	18,53%
2013	933.832,25	5.331.619,00	17,51%
2014	902.255,57	5.778.953,00	15,61%
2015	857.678,75	6.000.570,46	14,29%

**Fonte:** Tesouro Nacional. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/resultado-do-tesouro-nacional](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/resultado-do-tesouro-nacional)>. Acesso em 03 de Jun de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

**Figura 4** – Gráfico da Receita de Impostos 2000 – 2015 (Em milhões R\$)

**Fonte:** Tesouro Nacional. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/resultado-do-tesouro-nacional](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/resultado-do-tesouro-nacional)>. Acesso em 03 de Jun de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

O PIB cresceu de forma significativa dentro desses quinze anos analisados, já o que não acontece com o a receita dos impostos, como se pode observar, o aumento destes não acompanha a elevação do PIB, isso se deve ao fato de ser composto por várias outras receitas, porém os impostos foram ficando de lado na participação do PIB Brasileiro.

O governo pode alterar regras de impostos e taxas, concedendo benefícios fiscais ou até mesmo, diminuindo a carga tributária, para alavancar certos setores, o que aconteceu com o IPI em alguns setores da economia tais como: Indústria e Varejo.

Essas alterações geram impactos na economia, impactos estes que serão expostos no quarto capítulo, foco principal deste trabalho, analisar e compreender quais setores foram alterados, e possíveis benefícios ou malefícios que geraram para a Economia Brasileira ao longo dos quinze anos analisados.

### 3. OS TRIBUTOS NO BRASIL

No Brasil, na atualidade, observa-se a existência de uma grande quantidade de tributos, incidindo sobre a renda, a propriedade e a produção diariamente.

O termo tributo, segundo FELLINI (1994), denota como sendo um gênero que abrange cinco espécies de pagamentos para o Estado sendo eles: impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuições sociais, empréstimos compulsórios.

O imposto, para o autor, vem a ser a quantia monetária paga a União, Estados e Municípios sendo incidentes sobre pessoas físicas e jurídicas. É um tributo que tem como serventia principal custear parte das despesas de custeio e dos investimentos públicos em obras de infraestrutura sendo estes: portos, rodovias, aeroportos, etc. Dentro desses investimentos ainda se encaixam os serviços prestados para a população, fazendo parte dessa classe: segurança, saúde e educação, entre outros.

Sobre Tributos, por Fellini (1994):

*A categoria dos tributos é formada por impostos e taxa. A tributação por impostos é a mais antiga e importante fontes de arrecadação governamental. O sistema tributário nacional, por exemplo, tem diferentes impostos, cada um deles com diferentes repercussões sobre as finanças dos vários níveis de administração, como também sobre as variáveis de mercado. (FELLINI, 1994, p.62).*

A principal função das receitas públicas, é de fato ser uma forma de financiar os gastos públicos, mas o governo também pode aumentar ou diminuir a carga tributária de acordo com o objetivo do momento, podendo ser até considerado praticas de curto prazo, como por exemplo em épocas de eleição, ou até mesmo para aumentar o consumo da população.

#### 3.1 DIVISÃO DOS IMPOSTOS NO BRASIL POR ESFERA DE GOVERNO

No Brasil adota-se a divisão do território em três esferas governamentais, quais sejam Federação, Estados e Municípios, sendo que apenas o primeiro possui soberania, mas a todos se atribui renda própria, que advém dos

diferentes tributos que os mesmos são regulamentadores de acordo com o Potal Tributário, sendo os mesmos descritos no quadro abaixo :

**Quadro 3 - Impostos brasileiros por tipo de esfera governamental.**

<b>Impostos Federais – Competência da União</b>	
<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>
II	Imposto sobre Importação.
IE	Imposto sobre Exportação
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras. Incide sobre empréstimos, financiamentos e outras operações financeiras, e também sobre ações.
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado. Cobrado das indústrias.
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física. Incide sobre a renda do cidadão.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Incide sobre o lucro das empresas.
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Incide sobre petróleo e gás natural e seus derivados, e sobre álcool combustível.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Cobrado das empresas.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Percentual do salário de cada trabalhador com carteira assinada sendo depositado pela empresa.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social. Percentual do salário de cada empregado cobrado da empresa e do trabalhador para assistência à saúde. O valor da contribuição varia segundo o ramo de atuação.
PIS/PASEP	Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Cobrado das empresas.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Incide também sobre o transporte interestadual e intermunicipal e telefonia.

**Quadro 3** - Impostos brasileiros por tipo de esfera governamental.

Cont.

<b>Impostos Estaduais – Competência dos Estados e do Distrito Federal</b>	
<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
ITCMD	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação. Incide sobre herança.
<b>Impostos Municipais – Competência dos Município</b>	
<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
ISS	Imposto Sobre Serviços. Cobrado das empresas.
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos. Incide sobre a mudança de propriedade de imóveis

**Fonte:** Portal do Tributário. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em 05 de Jun de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

O enfoque geral é que os dois lados, tanto gastos quanto receitas por si mesmos, são caminhos que o Governo usa para alcançar as metas aplicadas, sendo elas alocativas ou distributivas, a política aplicada que vai definir, o quanto se deve gastar ou gerar de receita, para poder impactar ou amortecer as tendências da economia.

### 3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS NO BRASIL

De acordo com o Portal do Tributário (2017), pode-se observar no Brasil que além de possuir uma classificação ou divisão por pelos três níveis da divisão de esfera do governo, ainda existem as classificações destes impostos, como segue na sequência

- **Impostos Diretos:** como se diz no próprio nome, ele é registrado diretamente ao contribuinte ou o proprietário de tal bem, ou seja, este não repercute além dele. Alguns exemplos são:

- IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores);
  - IPTU (imposto predial ou territorial urbano); e
  - ITR (imposto sobre a propriedade territorial rural).
- **Impostos Indiretos:** ao contrário do imposto direto, ele ultrapassa o contribuinte, ou seja, está embutido, nas principais vezes dentro dos preços de venda. Desta forma, este imposto que vai passando para a cadeia de consumo, sendo do produtor para o fornecedor para o varejo e chegando por sua vez no cliente final, que será o contribuinte. Exemplos desse tipo de imposto são:
    - ICMS (imposto sobre circulação de mercadoria e serviços);
    - IPI (imposto sobre produtos industrializados);
    - II (imposto sobre importação);
    - PIS (programa de integração social); e
    - COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social).
  - **Imposto Adicional:** Segundo o sítio, o imposto adicional é quando o seu fato gerador é representado por outro imposto. Temos como exemplo:
    - O adicional de 10% do Imposto de Renda, Pessoa Jurídica.
  - **Imposto Fixo:** Quando é determinado a sua quantia certa, independentes de cálculos, exemplo desse tipo de imposto:
    - ISS dos Profissionais Liberais - Aquele que pode trabalhar por conta própria sem necessidade de uma empresa, ou seja, sem vínculo empregatício. Temos exemplos como: Economistas, Advogados, Médicos, Dentistas, Arquitetos dentre outros.
  - **Imposto Proporcional:** Se dá quando a porcentagem única é estabelecida sobre o valor da matéria tributável, fazendo com que o valor do imposto seja alterado apenas quando o valor básico deste seja alterado, assim o valor de imposto fica alterado para maior

valor ou menor dependendo do valor material. Exemplos mais comuns desses tipos de impostos são:

- ICMS;
  - IPI; e
  - ISS (Quando incidente sobre a receita)
- **Impostos Regressivos:** Os impostos regressivos são os que cobram o mesmo percentual igual sobre os contribuintes, não levando em consideração a capacidade econômica daquele que será instituído o imposto. Com isso a maioria dos impostos se torna regressivos, em outras palavras, os contribuintes com menores condições financeiras e econômicas, acabam proporcionalmente pagando uma maior parcela de tributos sobre suas rendas.

Os impostos que além de serem considerados regressivos assumem a classificação de indiretos são:

- ICMS;
  - IPI;
  - PIS; e
  - COFINS
- **Impostos Reais:** São os impostos baseados nos bens físicos ou bens reais, são chamados de Impostos sobre Patrimônio, tais como:
    - IPVA;
    - IPTU; e
    - ITR
  - **Imposto Pessoal:** Imposto que difere a tributação entre as funções de condições inerentes aos contribuintes, ou seja, é tributado de acordo com a capacidade econômica e financeira. Os impostos que aderem a classificação de Pessoal são:
    - IRPF; e



- IRPJ;

Em decorrência do disposto no artigo:

*Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. (§ 1 do artigo 145 da CF)*

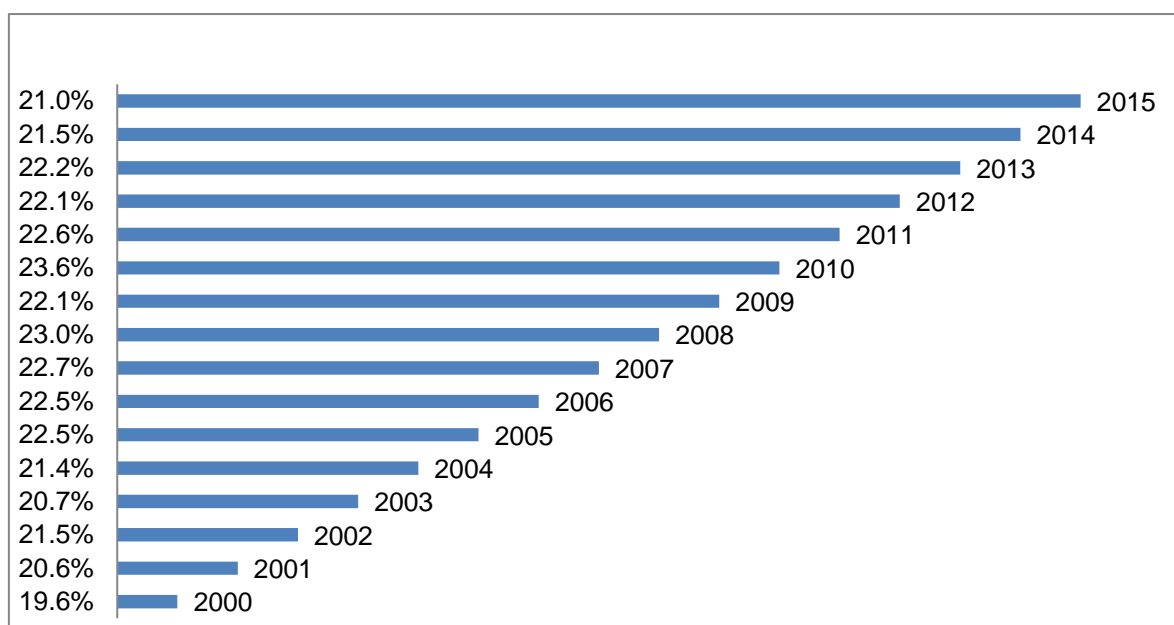
- **Extrafiscal:** Este tributo por sua vez, não visa somente à contribuição para o Estado, mas, além disso, corrigir possíveis anomalias, este tem como fato gerador a saída de produto nacional ou nacionalizado do território nacional, mas também de acordo com a variação de suas alíquotas, à disciplina do fluxo de exportação, o exemplo que se tem deste tipo de imposto é:
  - IE
- **Parafiscal:** ainda de acordo com o sítio são contribuições cobradas por autarquias, órgãos paraestatais, profissionais ou sociais, para custear seu financiamento autônomo. Alguns exemplos são:
  - CORECON (Conselho Regional de Economia): Aplicado a todo que possui a carteira de Economista;
  - CRC (Conselho Regional de Contabilidade): São tributados todos aqueles que possuem a carteira de Contador, sendo possível exercer função de contador, assinando balanços, prestação de contas entre outros.
  - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia): Os tributados todos aqueles que possuem a carteira de Engenheiros ou Agrônomos, sendo possível exercer função de Engenheiros ou Agrônomos, assinando projetos entre outras funções.

Os tributos para fiscais não são receitas diretas para o Estado, uma vez que é pago para os Conselhos de cada área atuada, após o pagamento desses tributos fica a responsabilidade destes conselhos efetuarem os pagamentos para o Estado sobre suas receitas.

### 3.3 ANÁLISE SOBRE OS IMPOSTOS FEDERAIS

Os impostos Federais possuem grandes participações sobre o PIB (Produto Interno Bruto), uma vez que possui mais de 10 impostos incididos, a arrecadação se torna cada vez mais participativa, ao longo de 15 anos (2000 – 2015), conforme gráfico abaixo:

**Figura 5** – Gráfico da Participação dos Impostos sobre o PIB



**Fonte:** Tesouro Transparente. Disponível em <<http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acesso em 05 de Jun de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

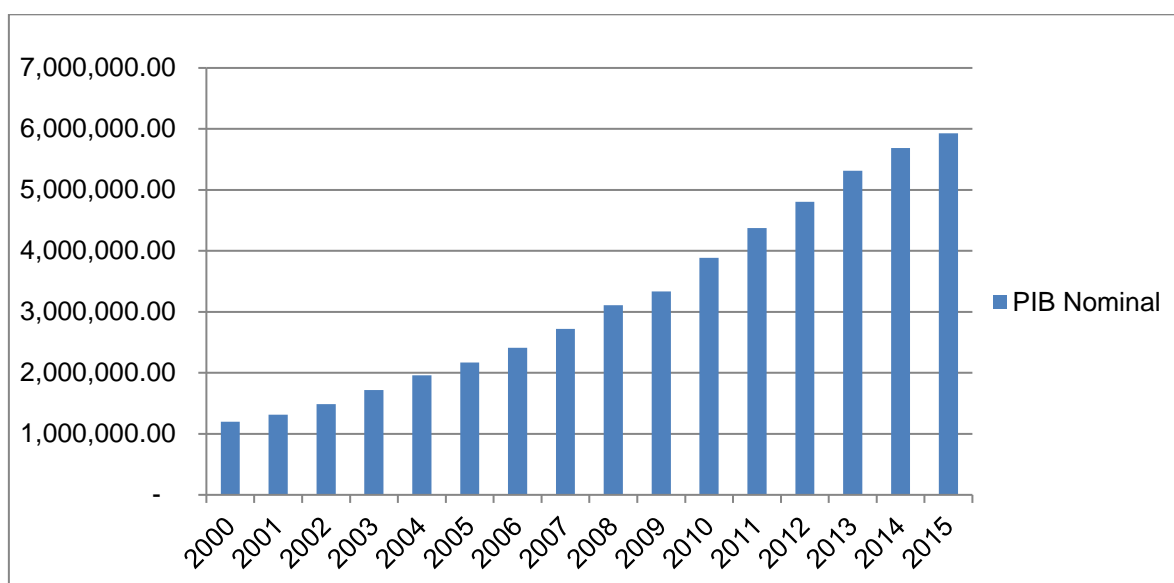
Segundo os dados acima expostos, o ano de 2010 bateu recorde dos tributos administrados pela Receita Federal, para o período em análise, tendo a maior participação sobre o PIB alcançando o valor de 23,6%, logo seguido pelo o ano de 2008 que também não ficou muito longe deste percentual, chegando também à casa de 23%, desta forma percebemos que os tributos são de suma importância para a receita do Governo.

Outro fator interessante é que o tributo CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira o seu nível de aplicação foi Federal e foi de incidência entre os anos 1997 a 2007 em um período de 10 anos, onde houve uma participação efetiva

sobre o PIB, alcançando nos anos de 2002 e 2004 o percentual de 1,4%, uma vez que se trata de um tributo de nível Federal e efetuava sobre as transações financeiras efetuadas no país, nos mostra a quantidade que houve de movimentações durante esses 10 anos, se somarmos a quantia durante os anos de 2000 até 2015 a receita gerada pela CPMF foi mais de dois Bilhões de Reais, para o caixa do governo.

A participação deste tributo foi substituída pelo antigo IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), que foi criado em 1993 durante o governo de Itamar Franco, que ocupou a cadeira presidencial de 1992 a 1995, no lugar de Fernando Collor de Melo, que foi afastado por um processo de impeachment, cujo ministro da Fazenda era o Fernando Henrique Cardoso.

**Figura 6 - Gráfico do PIB Nominal**



**Fonte:** Tesouro Transparente. Disponível em <<http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acesso em 05 de Jun de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

O IPI, por sua vez, possui certa participação no PIB, sendo que é mais um imposto que além de tributar os produtos nacionais, fica responsável também por tributar produtos estrangeiros.

A arrecadação desse imposto varia em razão da comercialização no varejo de bens industrializados, sendo que o fato gerador ocorre nas seguintes

situações: na importação, quando do desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira, e em operações internas, a saída de produto de estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial.

O percentual do IPI é variável, podendo ser de zero até 30%, dependendo da classificação definida na TIPI (Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados). É importante ressaltar que o percentual de IPI deve sempre ser informado na nota, mesmo que a mercadoria não seja tributada de IPI, casos em que deverá ser informado na nota fiscal.

Além dos impostos acima citados, é também de grande representatividade no PIB brasileiro o Imposto de Renda de Pessoa, de pessoas físicas e jurídicas. É interessante observar que o IRPJ E IRPF mantém sua participação no PIB linear, em torno de cinco por cento, isso demonstra que a tributação sobre a renda tem aumentado de acordo com o crescimento do país.

*Os impostos são cobrados sem uma referência onde será utilizado o dinheiro desta arrecadação, em outras palavras, são pagamentos exigidos sem nenhuma promessa de contrapartida, desta forma algumas atividades que o governo atua, ou organiza em bases de autofinanciamento, sendo o objetivo a produção de serviços específicos, como por exemplo, as taxa de água e esgoto, ou serviços de rádio fusão e embarques em aeroportos, que incidem tão somente sobre os usuários dos respectivos sistemas, mediante critérios pro-rata de cobrança (FELLINI, 1994, p.63).*

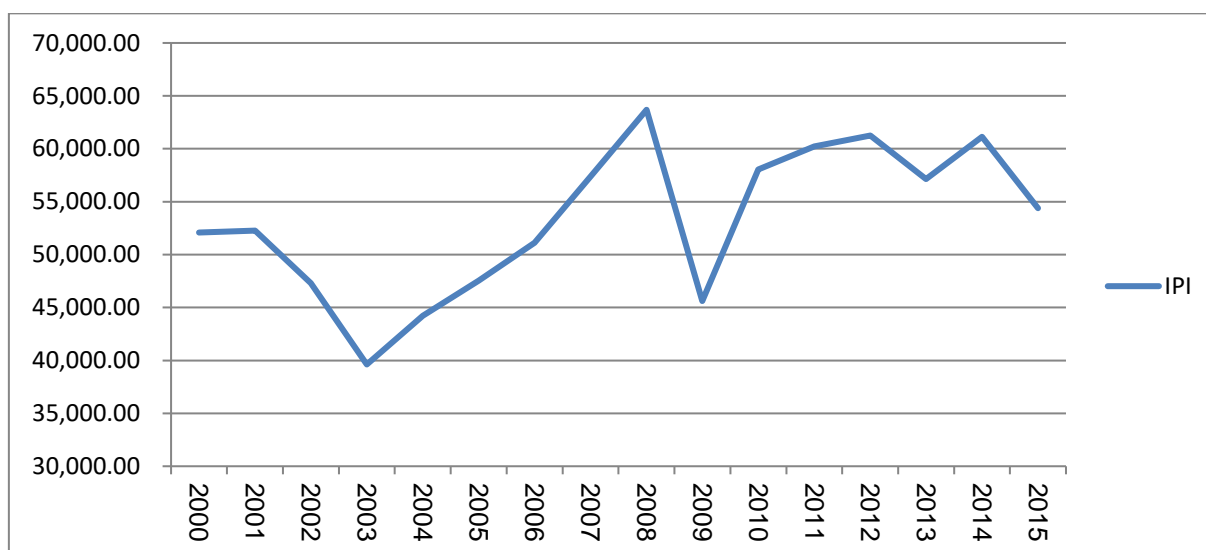
Com essa grande variedade de impostos, e sua representatividade demonstrada dentro do PIB Brasileiro, não deveria que se falar em falta de receitas para sanar as necessidades do povo brasileiro, mas sim em uma grande falha de gestão destes recursos. Uma melhora na Saúde, Educação, Segurança Pública e outras mazelas da sociedade brasileira passam por uma reestruturação dos gastos públicos, e não de um aumento na já supervalorizada tributação brasileira.

#### 4. A REDUÇÃO DO IPI E SEUS IMPACTOS

O consumo não pode ser compreendido sendo um sinônimo de destruição, mas que é o fim de um ciclo produtivo, sendo que para um produto seja consumido ele precisa ser inicialmente produzido, assim as ferramentas e recursos que são utilizados nesse processo produtivo, geram riquezas que por sua vez podem ser consumidas imediatamente após sua produção como são os casos de alimentos, ou para mediato como se sucede riquezas poupadas ou reservadas para outra produção.

Como se pode observar no gráfico abaixo houve duas quedas marcantes nos anos de 2003 e 2009 e por fim mais uma em menor escala no ano de 2013.

**Figura 7** – Gráfico da Arrecadação IPI 2000 até 2015



**Fonte:** Tesouro Nacional. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/resultado-do-tesouro-nacional](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/resultado-do-tesouro-nacional)> Acesso em 09 de Set de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

Esses anos foram onde o IPI sofreu reduções em alguns setores da economia, para estimular consumo, e por sinal aquecer a economia do país, em 2009 ocorre para suportar a crise do *Sub-prime* referente ao ano de 2008 – 2009, crise esta que afetou todo o Mundo, com quebras de bancos nos Estados Unidos, com isso para o Brasil não sentir tanto foi causar uma redução e estimular o consumo interno afim de estimular a economia a crescer.

#### 4.1 IMPACTO NO VAREJO – AUTOMÓVEIS

No final de ano de 2008, o então presidente da república Luís Inácio Lula Da Silva, com o mandato Presidencial de 2003 – 2011, isentou o IPI para veículos 1.0 os famosos carros populares, o que antes a alíquota era de 7% para 0%, para veículos de 1.100 à 2.000 cilindradas a alíquota de IPI que anteriormente era de 13% caiu para 6,5%, com o objetivo incentivar as vendas e medida essa para incentivar a economia nacional, assim fazendo com que as famílias de classe média consigam de certa forma o acesso ao veículo próprio.

Ainda para carros Flex (biocombustíveis) e movidos a álcool, a alíquota que anteriormente era de 11% cai para 5,5%, entretanto veículos acima de 2.000 cilindradas não tiveram o benefício, o que prova que a ideia era de estimular famílias de classe média baixa a possuírem veículos próprios, conforme tabela divulgada pelo Ministério da Fazenda em 2009.

**Tabela 7 - IPI de Automóveis de Passageiros e Outros**

IPI de Automóveis de Passageiros				
Cilindrada	Gasolina		Álcool/Flex	
	Anterior	Atual	Anterior	Atual
1.000	7%	Zero	7%	Zero
De 1.000 a 2.000	13%	6,50%	11%	5,50%
+ de 2.000	25,00%	Inalterado	18%	Inalterado
IPI Outros Automóveis				
	Antes		Atual	
Caminhões	5%		Zero	
Caminhonetes	8%		1%	

**Fonte:** Ministério da Fazenda. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2009/marco/governo-prorroga-isencao-de-ipi-para-automoveis-1>>. Acesso em 05 de Ago de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

O estímulo ao mercado interno como forma de sustentar a atividade econômica tem sido um dos principais instrumentos usados pelo governo para enfrentar os resultados da crise econômica que atingiu a esfera mundial. Nessa situação a saída encontrada foi reduzir o IPI para os automóveis.

A redução do IPI afeta em âmbito nacional, pois diminuem os valores repassados pela União para os Municípios, e além dos débitos com a União, estados e municípios têm que lidar com as variações na arrecadação de impostos provocadas por medidas de desoneração fiscal feita pelo governo federal para enfrentar crises econômicas.

Essas medidas são renúncias que o governo federal faz para incentivar certos setores específicos da economia, principalmente os que são mais afetados pelas crises, ou até mesmo os que possuem poder suficiente para aquecer a economia, como no caso da redução ou até mesmo a isenção do IPI para os automóveis e eletrodomésticos.

Segundo Sergio Reze presidente da FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, *“as montadoras vão fazer um cálculo dos custos de produção para saber quanto esta redução de imposto repercute no preço final”, (...)* em seguida, estes valores serão repassados à rede de concessionárias que vai aplicar os novos preços ao consumidor”.

**Tabela 8** - Venda média de Veículos (Base 2011 = 100%)

Ano	Média %	Ano	Média %
2000	56,90%	2008	74,40%
2001	54,90%	2009	82,60%
2002	45,50%	2010	94,20%
2003	42,30%	2011	100,00%
2004	49,80%	2012	107,30%
2005	50,50%	2013	108,90%
2006	54,20%	2014	98,70%
2007	66,50%	2015	81,10%

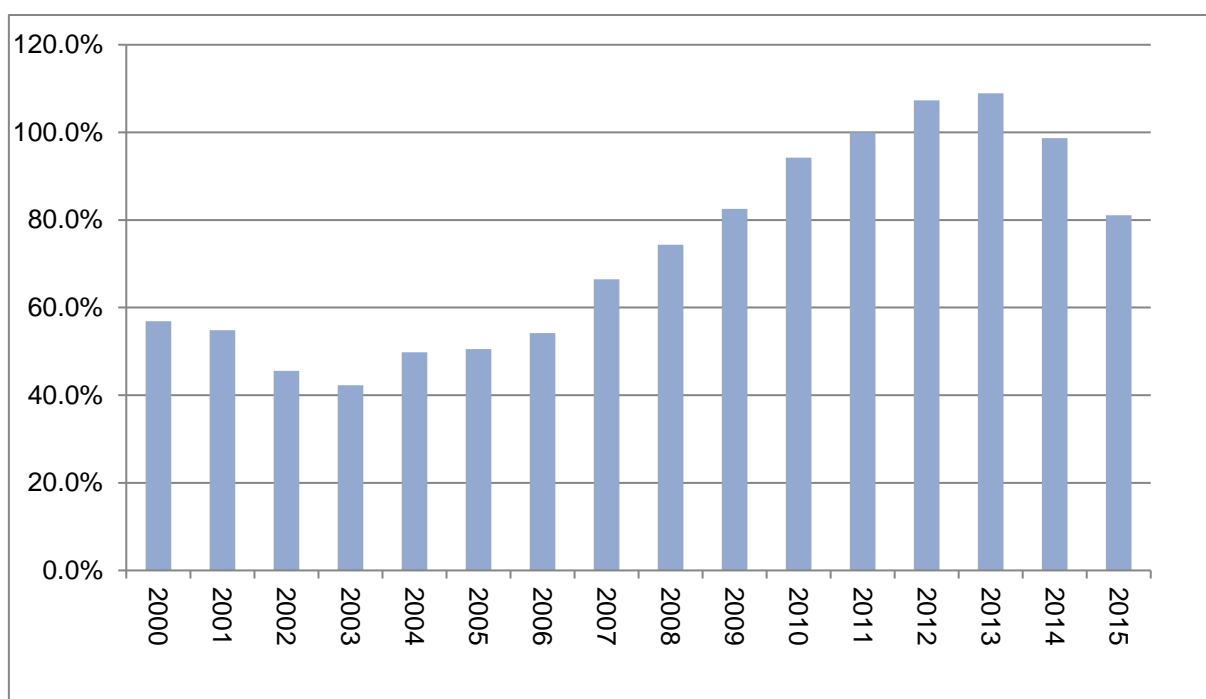
**Fonte:** IBGE. Disponível em <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=Mc80>>. Acesso em 01 de Abr de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

A indústria automotiva respondeu positivamente à redução do IPI, visto que no ano de 2009, houve uma alta considerável nas vendas de veículos em um geral, sendo puxadas provavelmente pela redução e isenção deste imposto, adotada no fim do ano de 2008.

Essa medida atingiu seu objetivo sendo que fez com o que a economia ficasse aquecida, logo com maiores produções e consumos ainda maiores, como se pode verificar no PIB que já vinha tendo um crescimento, mas com a medida em 2011 fez com que aumentasse de forma expressiva, uma vez que também foi aplicado essa medida de redução de IPI para a linha de Automóveis.

**Figura 8** – Gráfico da Venda Média de Veículos 2000 – 2015 (Base 2011 = 100%)



**Fonte:** IBGE. Disponível em <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=Mc80>>. Acesso em 01 de Abr de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

Como se pode observar no gráfico acima, após a colaboração do governo, as vendas subiram notavelmente a partir do ano de 2009 até o ano de 2013, onde atingiu seu maior pico de vendas entre os anos de 2000 a 2015, o que colabora para economia, uma vez que o consumo estimulado faz com que o PIB cresça, porém depois disso acarreta algumas situações que, por exemplo, o consumo não fica em uma crescente eterna e quando se inicia a queda, o setor que antes era beneficiado pode ser de certa forma prejudicado.

Em 2012, houve nova aplicação de isenção de IPI para veículos sendo utilizada em poucos meses entre maio de 2012 até o final de agosto deste mesmo ano o fato interessante é que foi utilizado os mesmo percentuais para aplicar a redução do imposto e de acordo com o Ministro da Fazenda Guido Mantega:



*Estamos diante do agravamento da crise financeira internacional. E isto está trazendo problemas para os emergentes como um todo. Exige esforços redobrados para manter a taxa de crescimento em um patamar razoável (...). O governo tem de tomar medidas de estímulo para combater as consequências dos problemas trazidos pela crise financeira internacional.*

(<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/05/governo-reduz-ipi-de-carros-e-tributo-sobre-operacoes-de-credito.html>) Acesso em 05 de Ago de 2017.

No encerramento do ano de 2013, o governo anuncia que em janeiro de 2014 irá retornar com o IPI geral para os veículos utilitários, porém para caminhões, as alíquotas ainda seguem zeradas, segundo Dyogo Oliveira o secretário-executivo interino do Ministério da Fazenda da época, para não acrescentar os custos de logísticas e até de investimento.

#### 4.2 IMPACTO NO VAREJO – LINHA BRANCA

No final do ano de 2011, o governo reduziu o IPI para os principais produtos da linha branca, para o ministro Guido Mantega, essas medidas são um sinal importante para que o empresário continue investindo e apostando no mercado interno, na melhor eficiência dos produtos, porque os consumidores, com crédito mais barato, vão barganhar.

O que de fato fica demonstrado pela a taxa Selic que é utilizada como taxa básica da Economia, a partir de Outubro de 2011 demonstrou uma leve queda, baixando de 12% ao ano para 11,50% ao ano e logo em seguida em novembro cai mais 0,5%, chegando aos 11% anuais.

**Tabela 9 – Selic por Reunião do Copom (Comitê de Política Monetária).**

Data Reunião Copom	Meta Selic	Tx Anualizada	Data Reunião Copom	Meta Selic	Tx Anualizada
02/09/2009	8,75%	8,65%	10/10/2012	7,25%	7,14%
21/10/2009	8,75%	8,65%	28/11/2012	7,25%	7,14%
09/12/2009	8,75%	8,65%	16/01/2013	7,25%	7,12%
27/01/2010	8,75%	8,65%	06/03/2013	7,25%	7,16%
17/03/2010	8,75%	8,65%	17/04/2013	7,50%	7,40%
28/04/2010	9,50%	9,40%	29/05/2013	8,00%	7,90%
09/06/2010	10,25%	10,16%	10/07/2013	8,50%	8,40%
21/07/2010	10,75%	10,66%	28/08/2013	9,00%	8,90%
01/09/2010	10,75%	10,66%	09/10/2013	9,50%	9,40%

**Tabela 9 – Selic por Reunião do Copom (Comitê de Política Monetária).**

Cont.

Data Reunião Copom	Meta Selic	Tx Anualizada	Data Reunião Copom	Meta Selic	Tx Anualizada
20/10/2010	10,75%	10,66%	27/11/2013	10,00%	9,90%
08/12/2010	10,75%	10,66%	15/01/2014	10,50%	10,40%
19/01/2011	11,25%	11,17%	26/02/2014	10,75%	10,65%
02/03/2011	11,75%	11,67%	02/04/2014	11,00%	10,90%
20/04/2011	12,00%	11,92%	28/05/2014	11,00%	10,90%
08/06/2011	12,25%	12,17%	16/07/2014	11,00%	10,90%
08/06/2011	12,25%	12,17%	03/09/2014	11,00%	10,90%
20/07/2011	12,50%	12,42%	29/10/2014	11,25%	11,15%
31/08/2011	12,00%	11,90%	03/12/2014	11,75%	11,65%
19/10/2011	11,50%	11,40%	21/01/2015	12,25%	12,15%
30/11/2011	11,00%	10,90%	04/03/2015	12,75%	12,65%
18/01/2012	10,50%	10,40%	29/04/2015	13,25%	13,15%
07/03/2012	9,75%	9,65%	03/06/2015	13,75%	13,65%
18/04/2012	9,00%	8,90%	29/07/2015	14,25%	14,15%
30/05/2012	8,50%	8,39%	02/09/2015	14,25%	14,15%
11/07/2012	8,00%	7,89%	21/10/2015	14,25%	14,15%
29/08/2012	7,50%	7,39%	25/11/2015	14,25%	14,15%

**Fonte:** Banco Central do Brasil. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp#notas>>. Acesso em 5 de Ago de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

Os produtos que foram beneficiados pela redução ou até isenção com a intenção de estimular o consumo foram eles: Fogão, Máquinas de Lavar semiautomáticas, Máquinas de Lavar e Geladeiras, conforme tabela abaixo:

**Quadro 4 – Redução do IPI Linha Branca 2011**

Alíquota de IPI			
Produtos	Antes	Depois	% de Redução
Fogão	4%	0%	100%
Máquinas semiautomáticas	10%	0%	100%
Maquinas de Lavar	20%	10%	50%
Geladeiras	15%	5%	66%

**Fonte:** Valor Econômico. Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/1119042/governo-reduz-ipi-para-principais-itens-da-linha-branca>>. Acesso em 01 de Abr de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

A redução do IPI juntamente com a queda da taxa de juros, resultou em um consumo elevado, principalmente nos produtos da Linha branca, o que mostra a tabela abaixo:

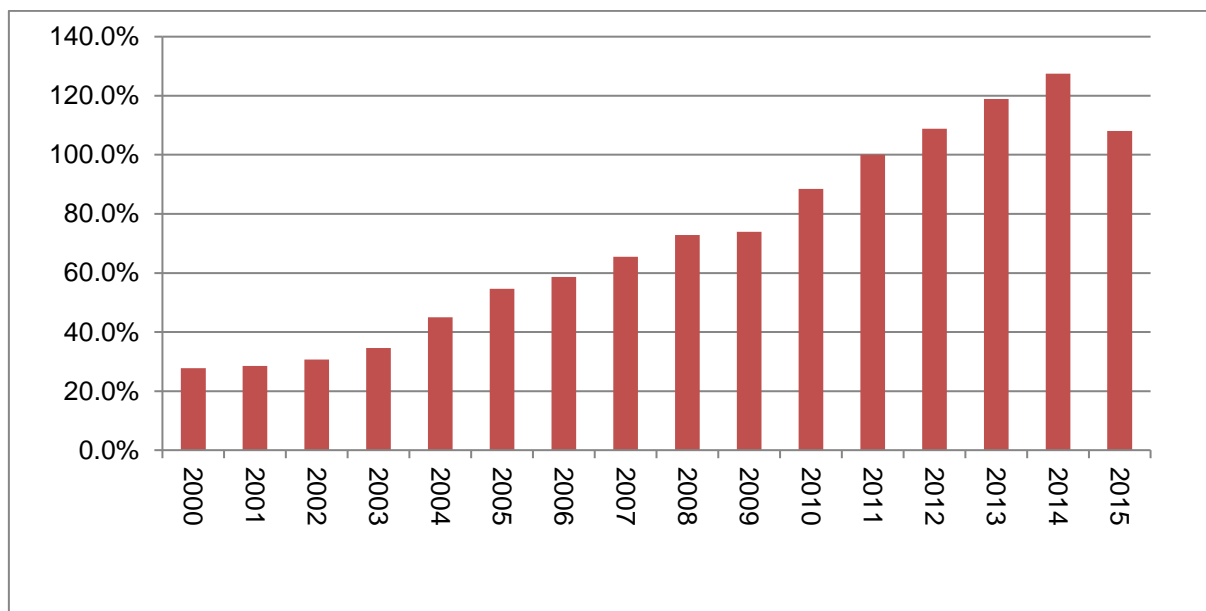
**Tabela 10** – Venda Média de Móveis e Eletrodomésticos (Base 2011 = 100%)

Ano	Média %	Ano	Média %
2000	27,8%	2008	72,9%
2001	28,6%	2009	73,9%
2002	30,7%	2010	88,4%
2003	34,6%	2011	100,0%
2004	45,0%	2012	108,8%
2005	54,7%	2013	118,9%
2006	58,7%	2014	127,5%
2007	65,4%	2015	108,0%

**Fonte:** IBGE. Disponível em <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=2&op=0&vcodigo=MC72&t=receita-nominal-varejo-indice-base-fixa>. Acesso em 15 de Jul de 2017.

**Elaboração:** o Autor.

**Figura 9** – Gráfico de Venda Média de Móveis e Eletrodomésticos 2000 – 2015 (Base 2011 = 100%)



**Fonte:** <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=MC71>. Acesso em 15 de Jul de 2017.

**Elaboração:** o Autor

O aumento do consumo fica evidente quando se analisa as vendas do varejo exclusivamente nos produtos eletrodomésticos, o estímulo do crédito e do consumo a partir do ano de 2011 mantendo a Selic com a tendência de baixa, permanecendo em queda até o final de novembro do ano de 2013, e juntamente com a redução aplicada do IPI, faz com que o consumo se amplie.

No ano de 2014, o consumo de eletrodomésticos e móveis bateu recorde perante o período analisado, o que pode se observar é que apesar do consumo ser afetado positivamente até esta data, a taxa Selic por sua vez já estava em grande alta novamente, o que deveria “frear” a economia de certa forma, ainda fazia com que os produtos fossem consumidos.

Segundo o sítio da fazenda as alíquotas de IPI para a linha branca, foram recompostas no final de 2013. Apesar dessa recomposição das alíquotas o consumo ainda se manteve em alta, fazendo o ano de 2014 alcançando recorde, de acordo com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda da época, Márcio Holland:

*As vendas estão indo bem, a produção está indo bem, o nível utilização de capacidade instalada está regular. Portanto, cabe a recomposição das alíquotas de IPI neste momento. (MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2013/setembro/aliquotas-de-ipi-para-linha-branca-serao-recompostas-a-partir-de-1-10>>. Acesso em 09 de Set 2017).*

Como tudo tem consequências, entre os anos de 2011 e 2014 o governo concedeu em torno de R\$ 32 Bilhões em isenção de Imposto, em diversos produtos como forma de estimular consumo, gerar emprego e, conseqüentemente aumentar a renda como objetivo de manter a estabilidade, no ano de 2015 o Brasil sofre a ressaca, o que era festa se torna dor de cabeça.

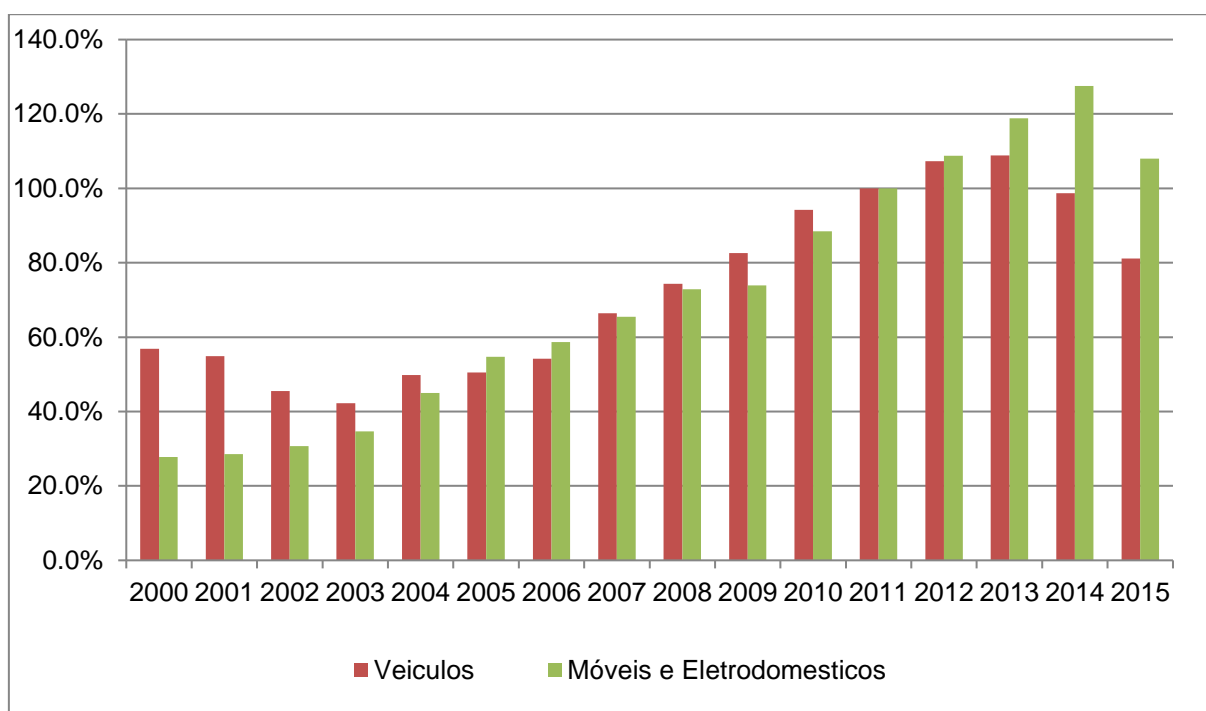
Os setores que anteriormente foram beneficiados: Automotivo e Linha Branca, tiveram que conceder férias coletivas, ou até mesmo estão demitindo funcionários em massa, pois o que antes estava aquecido agora não consegue dar vazão a produção total. Segundo Gastaldi:

*O Consumo constitui a fase final da atividade econômica. Pela produção foram criadas as utilidades consumíveis. Agora as necessidades serão satisfeitas, mediata ou imediatamente. O consumo tem a população por objeto. (GASTALDI. 1999, P.423)*

O autor pontua que as necessidades serão satisfeitas, os produtos que foram aplicados redução são produtos duráveis, ou seja, que possuem vida útil

maior, acima de cinco anos, o que acontece é que as famílias que consumiram estes produtos a partir de 2011, não viria a trocar pois os mesmo ainda estariam satisfazendo as necessidades destes, logo já se esperava um consumo reduzido, porém houve a junção de dois elementos: volta das alíquotas de IPI, alta da taxa de Juros.

**Figura 10** – Gráfico da Comparação de Vendas de Veículos e Móveis e Eletrodomésticos 2000 – 2015 (Base 2011 = 100%)



**Fontes:** IBGE Séries Estatísticas. Disponível em <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=Mc80>>, Acesso em 15 de Jul de 2017.

**Elaboração:** o Autor

Comparando os dois setores, ambos tiveram quedas no ano de 2015, porém no ano de 2014 que inicia essa queda do setor de Veículos teve já uma grande queda e ainda maior no ano de 2015, já o setor de Eletrodomésticos sentiu mais essa “crise” no ano de 2015, visto que ainda em 2014, como já citado o consumo ainda teve grande alta.

O salário mínimo também possui sua parcela nesse consumo elevado, os produtos dentro da classe de Eletrodomésticos, foram comprados pela a classe assalariada, que está ligada ao salário mínimo, com os aumentos dele, conseguiram consumir mais desse tipo de produto.

É interessante pontuar que dos dois setores são os que são mais fáceis de serem adquiridos, é o setor de eletrodomésticos, devido ao valor menor e a facilidade de divisão para pagamentos, em vista de veículos que se trata de um produto com um valor bem mais elevado.

**Tabela 11 – Salário Mínimo de 2000 até 2015**

Salário Mínimo - 2000 até 2015		
Ano	R\$	Var.%
2000	151,00	-
2001	180,00	19,21%
2002	200,00	11,11%
2003	240,00	20,00%
2004	260,00	8,33%
2005	300,00	15,38%
2006	350,00	16,67%
2007	380,00	8,57%
2008	415,00	9,21%
2009	465,00	12,05%
2010	510,00	9,68%
2011	540,00	5,88%
2012	622,00	15,19%
2013	678,00	9,00%
2014	724,00	6,78%
2015	788,00	8,84%

**Fonte:** Portal Brasil. Disponível em < <https://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm> > Acesso em 03 de Junho de 2017.

**Elaboração:** o Autor

Desta forma o setor de Eletrodomésticos acabou sentindo mais afundo essa queda nas vendas, por simplesmente possuir menor valor agregado do que os veículos, mas de toda forma sofreu com o aspecto desta redução do IPI, proposta e efetivada pelo o governo, afim de evoluir a economia brasileira, assim como aconteceu com o salário mínimo. Após grandes altas nas vendas houve uma queda brusca pois a produção das indústrias estavam aquecidas e não conseguiam desovar esses produtos para os consumidores devido ao retorno do IPI total, fazendo com que o preço voltasse ao parâmetro normal e afetasse o consumo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual da economia brasileira é de crise, e isso já vem de alguns anos, apesar disso, essa crise se amenizou em alguns períodos, e isso se deveu em parte há uma medida adotada pelo governo de reduzir a tributação de IPI em alguns setores especialmente importantes para o crescimento do país, o automotivo e de eletrodoméstico.

Diante do estudo realizado, foi possível observar que essa medida foi bastante efetiva, pois continuou movimentando a economia num período que deveria ser de plena recessão demonstrando que o governo precisa balancear a arrecadação de recursos, levando em consideração a necessidade de se incentivar à iniciativa privada, para manter a economia ativa e não gerar desemprego.

Ao longo do trabalho ficou demonstrado o impacto positivo das reduções do IPI no crescimento do setor do varejo de eletrodomésticos e automotivo mesmo durante um período de crise, o que refletiu no crescimento da economia do país como um todo, ajudando a superar parcialmente a crise.

Trazendo para a perspectiva pessoal, o que o governo efetuou durante esse período, reduzindo as taxas de IPI para os Eletrodomésticos e Veículos, foi a mesma coisa que um trabalhador assalariado antecipar o seu 13º salário sem planejamentos futuros, visto que o que ocorreu: as vendas das indústrias foram antecipadas, e depois foram sofridas referente as decisões anteriormente tomadas.

Outro ponto é que o governo utilizou o “remédio” para uma economia relativamente doente, mas por longo tempo, o que acontece que é todo remédio utilizado por vários períodos se torna veneno e tem um preço a ser pago, preço este que foi sentido pelas indústrias, o que antes era ótimo acaba se tornando o vilão deles, tendo que demitir funcionário e olharem suas vendas despencando.

Diante do exposto, conclui-se que de fato não há como sair da crise em que o país se encontra apenas aumentando a carga tributária, soluções criativas conseguem manter a arrecadação ao passo que também contribuem para a movimentação da economia e a geração de empregos. É importante, porém, que o governo também saiba utilizar esses recursos com parcimônia, para não transformar o “remédio” em veneno.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, Jose Roberto Novaes De. **Economia monetária: Uma abordagem brasileira.** 1 ed. São Paulo. Editora: Atlas, 2009.

BEMIS, George W. **Administração estadual.** 1 ed. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 1965.

BORGES, Humberto Bonavides. **Auditoria de tributos: IPI, ICMS e ISS.** 1 ed. São Paulo, Editora: Atlas, 2000.

DILLARD, Dudley. **A Teoria economica de John Maynard Keynes: Teoria de uma economia monetaria.** 1 ed. São Paulo. Editora: Pioneira, 1983.

FILELLINI, Alfredo. **Economia do setor público.** 1 ed. São Paulo. Editora: Atlas, 1989.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalistmo e liberdade.** 1 ed. São Paulo. Editora: Nova Cultural, 1984.

GASTALDI, Jose Petrelli. **Elementos de economia política.** 1 ed. São Paulo. Editora: Saraiva, 1999.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** 1 ed. São Paulo, Editora: Nova Cultural, 1996.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Introdução a economia.** 20 ed. São Paulo. Editora: Atlas, 1988.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. **Finanças públicas.** 1 ed. São Paulo. Editora: Atlas, 1983.



## REFERENCIAL ELETRÔNICO

ÂMBITO JURÍDICO. O papel da redução do IPI no combate aos efeitos da crise econômica mundial no Brasil. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8640](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8640)> Acesso em 03 de Set de 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cédulas e Moedas Brasileiras. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/htms/Museu-espacos/cedulabc.asp?idpai=CEDMOEBR.>> Acesso em 16 de Ago de 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Meio Circulante. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/adm/mecir/principal.asp>> Acesso em 02 de Set de 2017.

BIBLIOTECA DIGITAL DE PERIÓDICOS.MALISKA, Marcos Augusto. Max Weber e o Estado Racional Moderno. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14830>> Acesso em 01 de Abr de 2017.

ECONOMIA IG. Setores com as maiores isenções de IPI são os que mais sofrem hoje. Disponível em <<http://economia.ig.com.br/2015-08-20/setores-com-as-maiores-isencoes-no-ipi-sao-os-que-mais-sofrem-hoje.html>> Acesso em 13 de Out de 2017.

FENABRAVE. Varejo Nacional. Disponível em <<http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/conteudo/?tac=dados-regionais-dados>> Acesso em 05 de Ago de 2017.

G1 GLOBO. Depois dos carros, governo corta IPI dos caminhões. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL927574-9658,00-DEPOIS+DOS+CARROS+GOVERNO+CORTA+IPI+DOS+CAMINHOES.html>> Acesso em 7 de Out de 2017.

G1 GLOBO. Entenda a mudança na tabela de IPI dos automóveis. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL920651-9658,00->>

ENTENDA+A+MUDANCA+NA+TABELA+DE+IPI+DOS+AUTOMOVEIS.html>  
Acesso em 16 de Ago de 2017.

G1 GLOBO. Governo anuncia isenção de IPI sobre carros 1.0. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL919813-9658,00-GOVERNO+ANUNCIA+ISENCAO+DE+IPI+SOBRE+CARROS.html>> Acesso em 02 de Set de 2017.

G1 GLOBO. Governo prorroga IPI mais baixo para carros, linha branca e móveis. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/12/governo-prorroga-ipi-mais-baixo-para-carros-linha-branca-e-moveis.html>> Acesso em 30 de Set de 2017.

G1 GLOBO. Governo reduz IPI de carros e tributo sobre operações de crédito. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/05/governo-reduz-ipi-de-carros-e-tributo-sobre-operacoes-de-credito.html>> Acesso em 05 de Ago de 2017.

G1 GLOBO. Venda de veículos cai 26,55% em 2015, o 3º ano seguido de baixa. Disponível em <<http://g1.globo.com/carros/noticia/2016/01/venda-de-veiculos-cai-2655-em-2015-o-3-ano-seguindo-de-baixa.html>> Acesso em 05 de Ago de 2017.

GOOGLE IMAGENS. Efigie Brasileira. Disponível em <[https://www.google.com.br/search?q=ef%C3%ADgie+cedulas&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjC8u2A6ePVAhUEhJAKHXD6DbcQ\\_AUICigB&biw=1517&bih=735#imgrc=ZvSGDv4DhZKaaM](https://www.google.com.br/search?q=ef%C3%ADgie+cedulas&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjC8u2A6ePVAhUEhJAKHXD6DbcQ_AUICigB&biw=1517&bih=735#imgrc=ZvSGDv4DhZKaaM)> Acesso em 02 de Set de 2017.

IBGE. Volume de Vendas de veiculos e motos, partes e peças – varejo. Disponível em <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=Mc80>> Acesso em 02 de Set de 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Alíquotas de IPI para linha branca serão recompostas a partir de 1/10. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2013/setembro/aliquotas-de-ipi-para-linha-branca-serao-recompostas-a-partir-de-1-10>>. Acesso em 09 de Set 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Governo prorroga isenção de IPI para automóveis. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2009/marco/governo-prorroga-isencao-de-ipi-para-automoveis-1>> Acesso em 05 de Ago de 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Governo prorroga isenção de IPI para automóveis. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2009/marco/governo-prorroga-isencao-de-ipi-para-automoveis-1>> Acesso em 12 de Out de 2017.

MUNDO EDUCAÇÃO. Conceito de Estado. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conceito-estado.htm>> Acesso em 01 de Abr de 2017.

PORTAL TRIBUTÁRIO. IPI – Imposto sobre produtos industrializados. Disponível em <http://www.portaltributario.com.br/tributos/ipi.html>> Acesso em 16 de Ago de 2017.

TESOURO NACIONAL. Resultado do Tesouro Nacional. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/resultado-do-tesouro-nacional](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/resultado-do-tesouro-nacional)> Acesso em 02 de Set de 2017.

TESOURO TRANSPARENTE . Resultado Fiscal do Governo Central – Série Histórica. Disponível em <<http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-do-tesouro-nacional>> Acesso em 16 de Ago de 2017.

UOL ECONOMIA. Redução de IPI para carros termina e imposto fica maior a partir do dia 1. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/12/31/reducao-de-ipi-para-carros-termina-e-imposto-fica-maior-a-partir-de-amanha.htm>> Acesso em 08 de Jul de 2017.

VALOR. Governo reduz IPI para principais itens da linha branca. Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/1119042/governo-reduz-ipi-para-principais-itens-da-linha-branca>> Acesso em 01 de Abr de 2017.